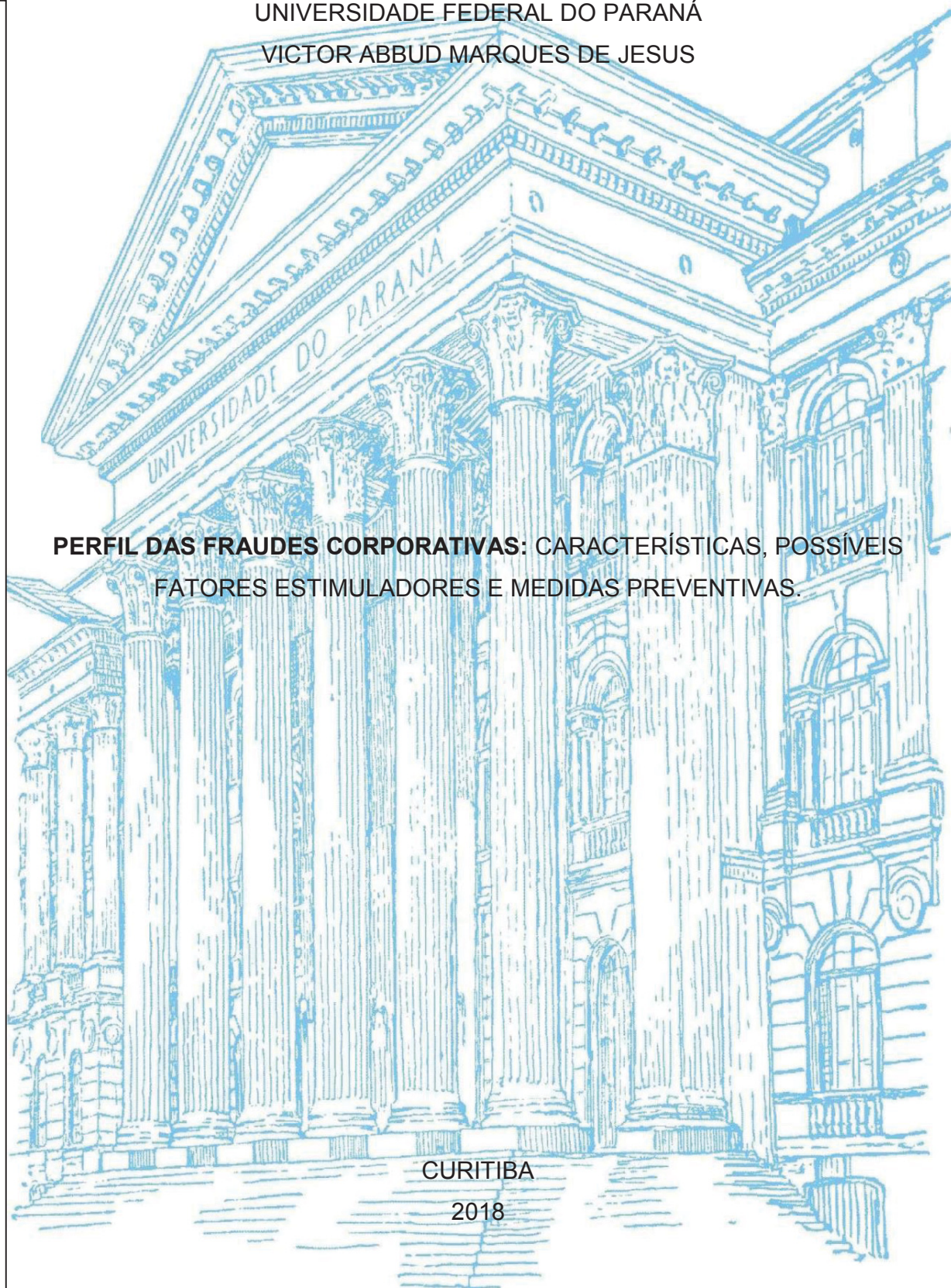


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
VÍCTOR ABBUD MARQUES DE JESUS



**PERFIL DAS FRAUDES CORPORATIVAS: CARACTERÍSTICAS, POSSÍVEIS
FATORES ESTIMULADORES E MEDIDAS PREVENTIVAS.**

CURITIBA
2018

PERFIL DAS FRAUDES CORPORATIVAS:
CARACTERÍSTICAS, POSSÍVEIS FATORES
ESTIMULADORES E MEDIDAS PREVENTIVAS.

JESUS, V. A. M.

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
VICTOR ABBUD MARQUES DE JESUS

**PERFIL DAS FRAUDES CORPORATIVAS: CARACTERÍSTICAS, POSSÍVEIS
FATORES ESTIMULADORES E MEDIDAS PREVENTIVAS**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como pré-requisito para obtenção do título de Especialista em Auditoria Integral.

Orientador: Prof. Dr. Blênio Cezar Severo Peixe

CURITIBA
2018

TERMO DE APROVAÇÃO

VICTOR ABBUD MARQUES DE JESUS

PERFIL DAS FRAUDES CORPORATIVAS: CARACTERÍSTICAS, POSSÍVEIS FATORES ESTIMULADORES E MEDIDAS PREVENTIVAS

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como pré-requisito para obtenção do título de Especialista em Auditoria Integral

Prof. Dr. Blênio Cezar Severo Peixe

Prof.

Prof.

Prof.

Curitiba, 26 de Junho de 2018.

Dedico este trabalho à minha Mãe, Nádia M. Abbud, que sempre deu seu máximo pela minha educação e formação me incentivando a fazer e ser sempre o meu melhor em tudo; à minha ex-coordenadora e eterna amiga, Ana C. Rosseto, por sempre me encorajar a ir cada vez mais longe; ao meu irmão Bruno A. M. Jesus e sua esposa Amerian F. C. Jesus, que viabilizaram e apoiaram minha mudança para Curitiba e foram por todo esse tempo meu porto seguro; às minhas irmãs, Adriana, Alessandra e Marília Manculi, que mesmo de longe sempre me incentivaram, mesmo nos momentos mais difíceis da jornada, me ajudando a ver o quanto sou capaz; à querida amiga Veruska Ozanit, por ser esse modelo incrível de pessoa e me mostrar o valor do conhecimento; à minha *Performance Manager* e grande amiga, Milena Pazdziora, por sempre me impulsionar rumo ao meu máximo potencial e encorajar meu crescimento profissional e por fim, à todos os amigos e amigas que fiz ao longo dessa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Dr. Blênio Cezar Severo Peixe, pela orientação ao longo da realização deste trabalho.

Agradeço à Universidade Federal do Paraná pela oportunidade de obter o título de especialização em Auditoria Integral junto a Mestres e Doutores tão incríveis.

Agradeço às amigas e companheiras de auditoria, Rafaely Ruthes e Daniele Canalli, que me auxiliaram nas pesquisas iniciais de conteúdo.

Agradeço à KPMG Auditores Independentes, pelo suporte durante a realização deste curso e em especial ao Sócio do escritório da KPMG em Curitiba, Sr. Cristiano A. Kruk, pelas dicas e orientações acerca do tema abordado.

Agradeço aos amigos e colegas de pós-graduação, em especial à Fernanda Tuoto, Luiz Felipe Grega e Thaliete da Silva, pela amizade construída durante essa fase de nossas vidas e pelos momentos que compartilhamos juntos.

Por fim, agradeço a todos que uma alguma forma contribuíram para a realização deste estudo.

“Tudo o que não puder contar como fez, não faça. ”

Immanuel Kant

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - TRIÂNGULO DA FRAUDE	19
FIGURA 2 - QUAL É A PRINCIPAL MOTIVAÇÃO PARA O FRAUDADOR?.....	23
FIGURA 3 - DIAMANTE DA FRAUDE	25
FIGURA 4 - PENTÁGONO DA FRAUDE	26
FIGURA 5 - ÁRVORE DA FRAUDE	30
FIGURA 6 - TRÊS TIPOS MAIS COMUNS DE CRIMES ECONÔMICOS EM 2016.....	35
FIGURA 7 - A TECNOLOGIA FOI UTILIZADA COMO UM FACILITADOR PARA A FRAUDE?.....	37
FIGURA 8 - GÊNERO DO FRAUDADOR	45
FIGURA 9 - IDADE DO FRAUDADOR.....	45
FIGURA 10 - QUE SETORES ESTÃO EM MAIS RISCO NO MUNDO?	49
FIGURA 11 - IMPACTO FINANCEIRO	50
FIGURA 12 - FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A FACILITAÇÃO DA FRAUDE..	57
FIGURA 13 - COMO FORAM DETECTADAS AS FRAUDES.....	58
FIGURA 14 - NÍVEL DE MATURIDADE DA ÁREA DE COMPLIANCE	61

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - EXEMPLO DE ANÁLISE DOS <i>RED FLAGS</i>	51
TABELA 2 - <i>RED FLAGS</i> RELATIVOS À ESTRUTURA E AMBIENTE DA ENTIDADE.....	52
TABELA 3 - <i>RED FLAGS</i> RELATIVOS AO SETOR/INDÚSTRIA NO QUAL A ENTIDADE ESTÁ INSERIDA.....	53
TABELA 4 - <i>RED FLAGS</i> RELATIVOS AOS GESTORES DA ENTIDADE.....	53
TABELA 5 - <i>RED FLAGS</i> RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ENTIDADE	54
TABELA 6 - <i>RED FLAGS</i> RELATIVOS AOS RELATÓRIOS CONTÁBEIS DA ENTIDADE	55
TABELA 7 - <i>RED FLAGS</i> RELATIVOS AO SERVIÇO DA AUDITORIA INDEPENDENTE	56

RESUMO

Estudo realizado pela consultoria KPMG¹ (2016) mostra que a fraude é um problema global que prejudica a reputação das empresas, custa milhões e impacta a vida de muitas pessoas, direta ou indiretamente. O prejuízo gerado pelas fraudes é tanto econômico quanto moral, e tem um impacto negativo muito forte na sociedade. Este trabalho tem por objetivo analisar as características, identificar possíveis fatores estimuladores, e levantar possíveis medidas preventivas às fraudes. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, de caráter qualitativo e natureza descritiva. Este trabalho realizou um mapeamento das diferentes características da fraude corporativa. Partindo do conceito geral das fraudes, entendendo sua origem e analisando estudos acerca do tema, analisamos os fatores ligados ao surgimento das fraudes, como: Racionalização, Motivação Oportunidade, Capacidade e Disposição ao Risco. Abrindo suas características para compreensão de cada um deles, consideramos os aspectos históricos relacionados às fraudes. Apresenta as diferentes modalidades de fraude conhecidas e estudadas até a atualidade, segregadas em três grandes grupos: Corrupção, Apropriação indébita de Ativos e Fraude das Demonstrações Financeiras. Analisa também o perfil dos fraudadores, tanto no aspecto psicológico como social, analisando características comuns entre eles e comparando dados de pesquisas realizadas por empresas especializadas. Assim foi realizado para as vítimas de fraude, onde com base em dados de pesquisas apresenta-se o perfil das vítimas mais potenciais e do *status* de seu ambiente de combate às fraudes. Ademais, foram levantados os principais indícios de fraude a serem considerados pelas empresas e pelas auditorias, trazendo um direcionamento aos trabalhos de detecção e prevenção das fraudes corporativas.

Palavras-chave: Perfil das Fraudes Corporativas. Auditoria. Medidas Preventivas.

¹ Empresa de prestação de serviços de Auditoria, possuindo também consultoria em diversas áreas corporativas. Faz parte do “*Big Four*”, grupo das quatro maiores empresas multinacionais do setor.

ABSTRACT

A study by KPMG (2016) shows that fraud is a global problem that harms the company's reputation, costs millions and impacts lives of many people, directly or indirectly. The fraud damage is both economic and moral, and has a strong negative impact on society. This work aims to analyze the characteristics, identify possible stimulating factors, and collect possible preventive measures to fraud. It is a bibliographical and documentary research, of qualitative character and descriptive nature. This work mapped different characteristics of corporate fraud. Starting from the general concept of fraud, understanding its origin and analyzing studies about the subject, it analyzes factors related to the emergence of fraud, such as: Rationalization, Motivation Opportunity, Capacity and Risk Disposition. By opening their characteristics to understand each of them, it considers the historical aspects related to fraud. It presents the different types of fraud known and studied to date, segregated into three main groups: Corruption, Assets Misappropriation and Fraud of Financial Statements. It also analyzes the profile of fraudsters, both psychologically and socially, analyzing common characteristics among them and comparing data from surveys carried out by specialized companies. The same was done for victims of fraud, where, based on research data, the profile of the most potential victims and the status of their anti-fraud environment are presented. In addition, the main indications of fraud to be considered by companies and audits were pointed out, leading to the detection and prevention of corporate fraud.

Keywords: Corporate Fraud Profile. Audit. Preventive measures.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. CONTEXTO E PROBLEMA.....	11
1.2. OBJETIVOS.....	12
1.3. JUSTIFICATIVAS	12
2. METODOLOGIA DE PESQUISA	14
2.1. TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS	14
2.2. TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AO PROBLEMA DE PESQUISA.....	14
2.3. TIPO DA PESQUISA QUANTO AOS PROCEDIMENTOS.....	14
2.4. LEVANTAMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES.....	15
3. REVISÃO DE LITERATURA E DESENVOLVIMENTO.....	16
3.1. FRAUDE	16
3.1.1. Conceito geral	16
3.1.2. Estrutura da fraude - evolução.	19
3.1.3. Aspectos históricos.....	27
3.1.4. Métodos de execução da fraude	29
3.2. PERFIL DO FRAUDADOR.	37
3.2.1. Características psicológicas.	38
3.2.2. Características sociais.....	44
3.3. VÍTIMA DA FRAUDE	47
3.3.1. Perfil das vítimas	48
3.3.2. Indicativos de fraude nas organizações	51
3.3.3. Formas de detecção e prevenção	56
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	63
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS.....	68

1. INTRODUÇÃO

1.1. CONTEXTO E PROBLEMA

Conforme exposto pelo último estudo realizado pela consultoria KPMG² (2016) a fraude é um problema global que prejudica a reputação das empresas, custa milhões e impacta a vida de muitas pessoas, direta ou indiretamente. O prejuízo gerado pelas fraudes é tanto econômico quanto moral, e tem um impacto negativo muito forte na sociedade.

É preciso entender como as fraudes acontecem, porque elas acontecem, quem as faz acontecer e quais fatores internos e externos auxiliam para que a fraude se desenvolva. Dessa forma se torna mais efetivo o desenvolvimento de métodos que busquem maior eficiência dos processos na prevenção de práticas ilícitas.

Conforme explicitado por PARODI (2017), embora cada caso histórico de fraude possua características próprias, existem fatores que os ligam, sobretudo fatores ligados ao perfil psicológico e social dos fraudadores. Entretanto, esses não são sinais fáceis de serem identificados, devido a subjetividade dos comportamentos humanos.

GIBNEY (2005) por meio do conhecido documentário *“The Smartest Guys in the Room”* (Os caras mais espertos da sala), mostrou o quanto o comportamento dos gestores da então já falida Enron demonstrava sinais de que algo não estava correto muito antes do escândalo da fraude vir à tona, entretanto tais comportamentos não geraram nenhuma desconfiança dos acionistas à época.

PROSSERMAN (2011) apresentou características muito similares no quesito psicossocial dos gestores ao explorar o caso *Madoff* em seu documentário *“Chasing Madoff”* (À caça de *Madoff*). Nesse caso, é possível identificar não somente questões de comportamento, mas motivações que vão além da questão monetária.

² Empresa de prestação de serviços de Auditoria, possuindo também consultoria em diversas áreas corporativas. Faz parte do *“Big Four”*, grupo das quatro maiores empresas multinacionais do setor.

De que maneira se pode identificar essas características psicossociais e motivações, estabelecendo vínculos que podem auxiliar na prevenção e detecção de esquemas fraudulentos antes que causem danos expressivos?

1.2. OBJETIVOS

Objetivo Geral

Este trabalho tem a intenção de subsidiar os estudos em Auditoria, aprofundando-se no estudo acerca das fraudes, com o seguinte objetivo: **analisar as características, identificar possíveis fatores estimuladores, e levantar possíveis medidas preventivas às fraudes.**

Objetivos Específicos: (i) Mapear as principais características ligadas às fraudes e aos fraudadores, (ii) identificar possíveis fatores estimuladores das fraudes na sociedade e no meio ambiente corporativo, (iii) estabelecer um vínculo entre aspectos sociais e econômicos e o ambiente de desenvolvimento das fraudes e (iv) levantar possíveis medidas a serem tomadas na detecção e prevenção da ocorrência de fraudes.

1.3. JUSTIFICATIVAS

Entende-se que a legislação, as políticas e os processos corporativos que visam a punição, detecção e/ou a prevenção de fraudes, embora já tenham evoluído muito, ainda tem um longo caminho de desenvolvimento e aprimoramento a percorrer.

Com a SOX e posteriormente a Lei das S/As, seguidas do aprimoramento dos controles internos e sistemas de proteção à fraude, as empresas buscam passar uma maior garantia de proteção aos direitos dos acionistas e investidores contra possíveis fraudes e abusos que poderiam surgir. Além disso, elas utilizaram desses mecanismos para buscar por maior credibilidade, transparência e qualidade nas informações apresentadas ao mercado e à economia de modo geral, visto que ser uma empresa que

apresenta maior confiabilidade e estabilidade e é imprescindível no cenário econômico mundial moderno.

Investigar o passado, identificando padrões, características e oportunidades relacionadas às fraudes e analisar o presente, buscando vínculos entre essas características para auxiliar a definir níveis de risco, ajudam a prevenir que novas fraudes futuras se instaurem ou, se instauradas, que sejam detectadas antes de gerarem danos maiores.

Espera-se mapear possíveis fatores de risco e suas inter-relações, de modo a proporcionar maneiras mais eficazes de detecção de comportamentos e outros fatores alheios à contabilidade que podem direcionar uma empresa a um cenário de fraude, mostrando que ela está muito além dos números e do balanço, mas também no comportamento, nas pessoas, no meio-ambiente econômico-social do indivíduo, e que os números são no final, o reflexo da fraude.

2. METODOLOGIA DE PESQUISA

Uma vez expostos o contexto, o problema, a justificativa e os objetivos, descreve-se abaixo as metodologias adotadas neste trabalho, as quais estruturam a busca por respostas ao problema apontado e norteiam a pesquisa no atingimento de seus objetivos.

2.1. TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS

Trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva que visa compilar conhecimentos sugerindo soluções práticas para os problemas identificados, apontando métodos que tragam maior eficiência e tempestividade na detecção de fraudes. (BEUREN,2006).

2.2. TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AO PROBLEMA DE PESQUISA

O método de pesquisa utilizado para a abordagem do problema é o qualitativo, onde analisaremos as questões expostas por meio da coleta de dados, dissertando quanto às características das fraudes e fraudadores que este trabalho visa abordar. Visto que o contexto social não pode ser destacado e é de extrema importância nesses assuntos; descreveremos casos passados de fraudes que irão contribuir para a compilação de informações a respeito das fraudes e fraudadores, criando vínculos entre os aspectos identificados visando a criação de mecanismos preventivos para as fraudes. (BEUREN,2006).

2.3. TIPO DA PESQUISA QUANTO AOS PROCEDIMENTOS

Este trabalho buscará, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, apresentar um panorama das fraudes, abordando um breve histórico e identificando características das fraudes e dos fraudadores por meio da análise de fatos passados, desenhando o vínculo entre as fraudes ocorridas e os aspectos e características

identificados, tanto das fraudes quanto dos fraudadores e, por fim, expor possíveis medidas preventivas ou denunciando os atos ilícitos que servem de mecanismo para os fraudadores. (BEUREN,2006).

2.4. LEVANTAMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES

A pesquisa bibliográfica e os estudos de caso serão extraídos de fontes como: Jornais e revistas da área econômica, físicos ou de publicação digital; dissertações, monografias e artigos científicos relacionados ao tema; estudos e pesquisas realizadas por firmas especializadas; publicações em páginas da internet de sites especializados no estudo das fraudes e por fim documentários e reportagens televisivas realizadas sobre casos de fraude ocorridos.

3. REVISÃO DE LITERATURA E DESENVOLVIMENTO

Ao longo dos anos diversos estudos foram desenvolvidos acerca das fraudes e a cada novo estudo, o escopo da pesquisa tem aumentado, buscando abranger cada vez mais as características dos indivíduos envolvidos e outros fatores além das *Red Flags*. Percebeu-se com o tempo que as grandes ameaças, diferente do que muitas empresas acreditam, são internas e não externas. Recentemente, passou-se também a estudar não somente a máquina da fraude e sua engenharia, mas também o seu operador (em outras palavras, o fraudador em si). É o momento onde os estudiosos da fraude observaram que fatores psicossociais do fraudador muitas vezes são tão responsáveis pela origem de uma fraude quanto os problemas de controles internos e, ambos fatores em conjunto, mais perigosos que as ameaças externas.

3.1. FRAUDE

Conforme Venosa (2009) a fraude é o mais grave ato ilícito, destruidor das relações sociais, responsável por danos de vulto e, na maioria das vezes, de difícil reparação. É um vício de muitas faces, presente em inúmeras situações da vida cotidiana do homem. Ela possui diversos mecanismos diferentes, os quais podem ser combinados nos mais variados tipos de esquemas de fraude, além de muitos fatores atrelados à sua ocorrência, duração e impacto.

3.1.1. Conceito geral

Proveniente do Latim, a partir da junção das palavras *Fraus* (dano, prejuízo, crime, delito) e *Dis* (rico, opulento, farto, produtivo), a palavra “Fraude” em sua origem mais primitiva, correspondia ao ato de “causar grande prejuízo monetário” (VIEIRA, 2016). Na atualidade, a fraude em sua essência corresponde a qualquer ato de má-fé que tem por objetivo enganar alguém de maneira ardilosa. (MELHORAMENTOS, 2016).

Trovão (2008), conceitua a fraude como “ato de falsificar ou adulterar, e também de burlar a verdade com vistas à obtenção de um interesse escuso próprio àquele que pratica a fraude. [...] É a intenção deliberada de causar prejuízo a terceiros. [...] O elemento primordial da fraude é a má-fé”. Greco filho (2010), descreve a fraude como sendo uma grande variedade de atos com a intenção de enganar ou obter benefícios indevidos. GIL (1999), complementa explicitando que a fraude visa obter vantagem ilícita para si ou para outrem.

Tratando-se especificamente do ambiente contábil, a fraude pode ser caracterizada como roubo, desfalque, estelionato, falsificação e outros atos que causam prejuízos ao patrimônio de terceiros por meio de ganhos ilícitos. (CELLA, 2017).

Uma das principais preocupações da atualidade para o mundo corporativo e para os governos, são as fraudes nas demonstrações financeiras, visto que a manipulação de informações contábeis além de danos às empresas e investidores também serve para que muitos atos ilícitos sejam encobertos, ocasionando um impacto negativo que atinge toda a sociedade. (CONDÉ, ALMEIDA e QUINTAL, 2014).

Fajardo e Cardoso (2014) complementam os conceitos apontados acima, demonstrando que as fraudes são o problema mais complexo que pode surgir nas empresas. Conforme dados da *Association of Certified Fraud Examiner*³, ACFE (2016), estima-se que as empresas percam anualmente 5% de seu faturamento em decorrência de Fraude.

Sutherland (1940), complementa a conceituação, ao introduzir pela primeira vez o termo pelo qual as fraudes do ambiente empresarial são tratadas até então na atualidade: *White Collar Crime* ou Crimes do Colarinho Branco. O autor classifica esses crimes como sendo atos de violação da lei por pessoa ou organização de posição socioeconômica elevada, praticados por meio da atividade profissional/ocupacional. O mesmo explica em sua obra que o intuito em chamar as fraudes corporativas se utilizando do termo “Crime” é justamente “[...] com a finalidade de trazê-lo para o âmbito da Criminologia, o que é justificado por se tratar de violação do Direito Penal”.

³ Associação dos Examinadores de Fraude Certificados, em tradução livre.

(SUTHERLAND, 1940, p. 98). A questão sobre a nomenclatura é introduzida por ele de maneira bastante clara, ao explicar que “[...] o crime de colarinho branco é um crime de fato. Não é, todavia, comumente chamado de crime, e defini-lo por este nome não o torna pior, do mesmo modo que se abster não o faz melhor do que é”. (SUTHERLAND, 1940, p. 97-98)

Entretanto, Fresco (2015) explicita que, embora a definição de Sutherland seja a mais aceita na atualidade, diversos autores modernos questionam a abrangência do termo, uma vez que Sutherland considera como autores dos chamados *White Collar Crimes* apenas os membros de mais alto escalão das entidades ou da sociedade. Estudos mais atuais, os quais serão expostos mais adiante neste trabalho, mostram que as fraudes não são uma exclusividade de cargos altos, tampouco provenientes de pessoas altamente posicionadas na sociedade, como pressupõe as opiniões de Sutherland.

A autora esclarece que recentemente diversos autores tem sugerido a definição de *Blue Collar Crime*, ou Crime do Colarinho Azul, voltado para indivíduos que fazem parte de faixas socioeconômicas inferiores, uma vez que as fraudes não estão restritas a uma classe social específica. Embora na essência ambos sejam fraudes, a principal diferença entre eles (além da classe social de seus agentes) está na área de impacto das fraudes. (GRAHAM, 2012)

Crimes de Colarinho Branco possuem um impacto muito maior do que os de Colarinho Azul, visto que dificilmente o segundo apresentará um impacto fora da entidade e em geral são fraudes de caráter pontual, enquanto o primeiro, na grande maioria dos casos, apresenta um forte impacto na entidade como um todo, podendo afetar a economia e a sociedade de toda uma cidade, país, ou até mesmo de grandes grupos econômicos.

Alguns anos após Sutherland, Cressey (1950) seguindo a linha do anterior, desenvolveu o “Triângulo da Fraude”, pontuando três elementos comuns como sendo os fatores que sustentam a fraude: Racionalização, Motivação e Oportunidade. Borba e Maragno (2017) apontam que Sutherland já reconhecia a motivação e oportunidade como fatores para a fraude porém considerava o Status social do indivíduo e não a

Racionalização do ato fraudulento como fator de sustentação da fraude. Conforme explicado pelos autores, os conceitos sobre a fraude pouco mudaram desde então, se mantendo, como já citado, o termo “Colarinho Branco” como uma definição atual para os crimes organizacionais e o **Triângulo da Fraude** (FIGURA 1) como a melhor definição para a estrutura de formação e manutenção da prática fraudulenta, sendo aprimorado posteriormente para o **Diamante da Fraude** (FIGURA 3), conceito ainda recente na literatura, trazido por Wolfe e Hermanson (2004), que acrescenta ao triângulo um quarto elemento: a capacidade.

Posteriormente, Santos (2016), introduziu à literatura conceito do **Pentágono da Fraude** (FIGURA 4), trazendo uma abordagem voltada também ao processo de análise do risco.

3.1.2. Estrutura da Fraude - Evolução.

Cressey (1953), levantou três elementos como sendo fatores imperativos para a ocorrência e formulação dos crimes de colarinho branco: **racionalização, motivação e oportunidade**.

FIGURA 1 - TRIÂNGULO DA FRAUDE



FONTE: AUTOR (2018).

O primeiro deles, a **Racionalização**, conforme apontado por Schuchter e Levi (2016), corresponde ao ato em que o fraudador, na tentativa de minimizar a realidade criminosa de seus atos, busca visualizá-los de maneira menos ilícita para si mesmo, para obter certo conforto psicológico sobre a prática. É uma articulação do fraudador na tentativa de amenizar para si (e para outros, caso descoberto) os efeitos de seu crime. Comer, Ardis e Price (1990), ao tratar do tema “boas e más mentiras”, exemplificam a questão da racionalização

É claro que o conceito de cada um sobre o que é bom ou mau, aceitável ou inaceitável varia de pessoa para pessoa. Como sugeriu o coronel Oliver North durante os interrogatórios sobre *Irangate*⁴, ao admitir que enganara o Congresso: “É melhor contar mentiras do que perder vidas”. Alguns concordariam com ele que os fins justificam os meios e o almirante John Poindexter, o conselheiro de segurança nacional, insinuou que a ideia de enganar os iranianos foi um plano decente: outros ficaram verdadeiramente alarmados. (COMER, ARDIS e PRICE, 1990, p.7).

Os autores, ainda, complementam:

As más mentiras são normalmente percebidas com facilidade, uma vez descobertas. Elas não são autorizadas ou esperadas; não possuem nenhum propósito altruístico e, normalmente, pretendem causar danos à vítima. A sua descoberta implica consequências adversas para o mentiroso. [...] são usadas pelo perpetrador da fraude para encobrir sua culpa. (COMER, ARDIS e PRICE, 1990, p.8).

Os autores apontam ainda que existem dois tipos de mentira: a *dissimulação da verdade* e a *falsificação*. No primeiro tipo, a *dissimulação* o mentiroso usa de alguns artifícios, tais como:

- i. Omissão da verdade,

⁴ Escândalo de quebra ao embargo de venda de armas ao Oriente Médio envolvendo os EUA e o governo do Irã, descoberto ao final dos anos 70. Em resumo, os EUA criaram o embargo ao Irã impedindo que outros países vendessem armas a eles. Porém, membros de alto escalão do governo e do exército americano lucraram mais de 30 milhões de dólares ao vender armas ilegalmente, agindo como único fornecedor. (GLOBO, 2013)

- ii. Respostas evasivas ou silêncio,
- iii. Falsa emoção ou raiva,
- iv. Falsa doença ou agravamento irreal de doença pré-existente,
- v. Má memória dos fatos,
- vi. Dificuldade extrema na compreensão dos questionamentos,
- vii. Desfoque do tema.

No segundo, a *falsificação*, se faz necessária a criação de informações e explicações para a fraude, exigindo boa memória, capacidade de previsão e compostura por parte do fraudador.

Em um processo de racionalização da fraude, o fraudador optará, num primeiro instante, pela dissimulação da verdade ao invés da falsificação, visto que a segunda muitas vezes implica na geração de provas que, se descobertas, serão utilizadas contra os fraudadores. (COMER, ARDIS e PRICE, 1990)

Entretanto, conforme exposto por Coleman (1987), a racionalização não é um ato após o fato, não é uma história inventada quando o crime é descoberto com a finalidade de justificar determinado ato ou comportamento. Ela é parte complementar da motivação do fraudador para a fraude.

Os autores ainda complementam, expondo que:

Com o intuito de prevenir fraudes nas organizações, Albrecht, Howe e Romney (1984) substituíram o elemento “racionalização” por “integridade”. [...]. Os autores mantiveram os dois componentes do Triângulo da Fraude: a pressão (o conceito adaptado da concepção original de Cressey de um problema não compartilhável) e a oportunidade, mas substituíram a racionalização pela integridade pessoal. Esta representação foca a atenção na moralidade do ofensor (Levi, 2008). Segundo Dorminey *et al.* (2012), o benefício de examinar a integridade é que ela pode ser inferida, para um indivíduo, a partir de comportamento passado, histórico, o que contribuiria para a prevenção do ato. (BORBA e MARAGNO, 2017, p. 46).

Por fim, tem-se que:

A racionalização é um processo cognitivo de autojustificação. [...] é o processo no qual um empregado determina mentalmente que o comportamento fraudulento é uma atitude correta. [...] é por seu intermédio que os indivíduos [...]

se autoconvencerão de que a execução da violação da confiança financeira é um ato justificável e aceitável. (GARTNER e MACHADO, 2018, p.64)

Avançando no triângulo da fraude há a **Motivação**, a qual também pode ser chamada de Pressão ou Incentivo. (BORBA e MARAGNO,2017). A Motivação, segundo Kranacher, Riley e Wells (2011) *apud* Borba e Maragno (2017), pode ser classificada entre *Financeira* e *Não financeira*. No primeiro caso, crime basicamente é cometido por questões que envolvem dinheiro e/ou ego. O fraudador pode se sentir atraído pelos ganhos que pode vir a obter do esquema fraudulento (incentivo), assim como pode cometer o crime devido a uma necessidade financeira latente ou emergencial (pressão). Essa necessidade pode ser unicamente financeira, como por exemplo uma reversão inesperada no ambiente de negócios (dinheiro) mas também pode ser proveniente de questões relacionadas à imoralidade ou a manutenção de um padrão de vida (ego). (GARTNER e MACHADO,2018).

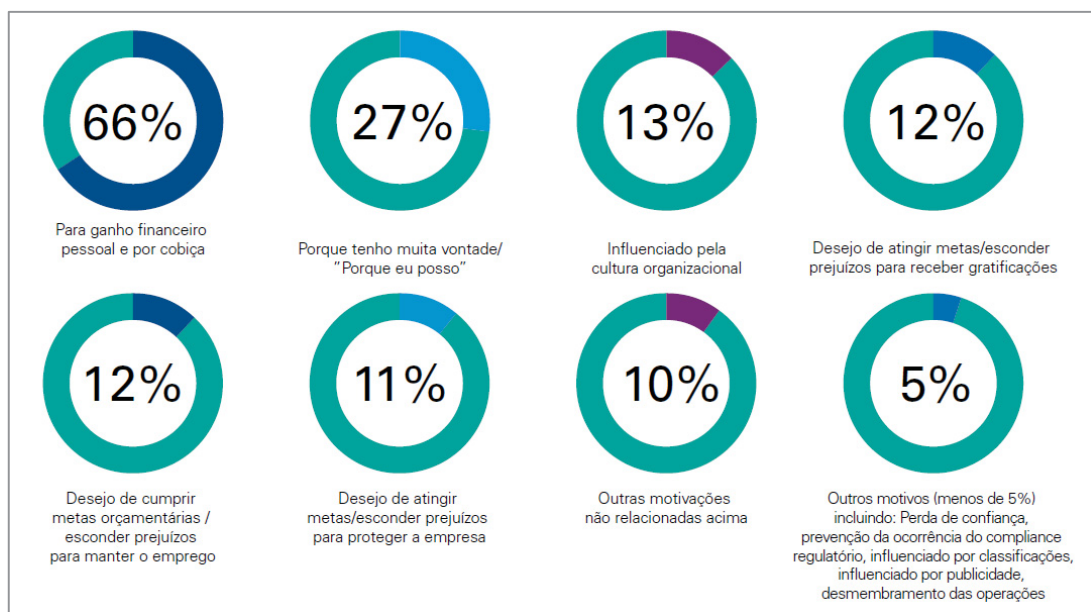
Nas motivações não financeiras, há segundo Kranacher, Riley e Wells (2011) *apud* Borba e Maragno (2017), os casos de coerção ou de motivações ideológicas. Na coerção, o indivíduo não está disposto a participar do esquema fraudulento, porém por intimidação, chantagem ou medo do agente coercitivo, o mesmo acaba sendo pressionado a participar da fraude. No caso das motivações ideológicas o exemplo mais comum envolve as fraudes de evasão fiscal. Por julgamento pessoal de que “paga-se impostos demais” ou de que “impostos são inconstitucionais”, o sonegador não recolhe, por exemplo, os impostos devidos relacionados a determinada atividade. Há também casos onde a motivação ideológica surge por conta do mau exemplo de membros de maior escalão de uma empresa. O subordinado, ao perceber a prática de atos não conformes por parte de seus superiores, se sente no direito de praticar não conformidades. Isso por dois motivos: o praticante considera que, não somente seu impacto é menor, mas também justifica-se com o pensamento de “se ele faz, por que não posso fazer? ”.

Lokanan (2015) acrescenta outras motivações não financeiras, complementando o conceito exposto por Kranacher, Riley E Wells. O autor cita motivações não financeiras ligadas diretamente ao indivíduo que o pressionam de fora para dentro, são elas:

Pressão associada ao trabalho; em que o indivíduo fraudula resultados com a finalidade única de atingir metas ou KPI's ⁵estabelecidos pela empresa. **Pressão associada a vícios,** em que o indivíduo pratica a fraude unicamente para sustentar um vício (jogo, álcool ou drogas). **Pressão associada à imagem,** em que o indivíduo tem a necessidade de demonstrar um estilo de vida luxuoso. Esse tipo de pressão associa tanto fatores financeiros quanto não financeiro.

A KPMG (2016) realizou uma pesquisa global acerca do perfil das fraudes, onde são compiladas estatísticas e dados, dentre os quais, temos um levantamento sobre quais são as principais motivações para o fraudador, por percentual de ocorrência.

FIGURA 2 - QUAL É A PRINCIPAL MOTIVAÇÃO PARA O FRAUDADOR?



FONTE: KPMG, 2016, p.12

Por fim, há a **Oportunidade**, a qual tem papel fundamental no entendimento sobre as fraudes e está intimamente ligada aos aspectos motivacionais, pois “independente da motivação [...], um ato delinquente precisa de uma oportunidade”

⁵ Sigla em inglês para *Key Performance Indicator*, ou Indicadores-Chave de Desempenho.

(BORBA E MARAGNO, 2017. p. 49). Schuchter e Levi (2016) são categóricos ao afirmar que motivação e oportunidade são indissolúveis.

Lokanan (2015) pontua que um ambiente organizacional de fracos controles internos é o principal fato gerador da oportunidade para as fraudes. Dorminey *et al* (2012) esclarece que a oportunidade é a percepção de que os controles são frágeis e, principalmente, que a possibilidade de ser pego é remota. Dessa forma, a percepção de uma oportunidade requer que o fraudador tenha capacidade não somente de cometer o ato mas de cometer sem ser pego.

A oportunidade pressupõe que os fraudadores têm o conhecimento e a chance para cometer a fraude. A lógica é a de que o indivíduo irá cometer a fraude assim que tiver uma posição de confiança, conhecer as fraquezas nos controles internos e ganhar conhecimento suficiente sobre como cometer o crime com sucesso. [...] Assim, quando a pressão, que é a existência de problemas não compartilhados, é somada a tais oportunidades derivadas do conhecimento do indivíduo, o potencial para a fraude é maior. (GARTNER e MACHADO, 2018, p. 64).

Nas literaturas mais recentes sobre o tema vê-se introduzido o conceito de **Diamante da Fraude** (FIGURA 3). Nessa conceituação, acrescenta-se um novo fator ao triângulo, a **Capacidade**, que mudou o entendimento do conceito da oportunidade. (WOLFE e HERMANSON, 2004). Nessa visão, entende-se que a capacidade depende dos seguintes fatores:

- i. Posição ou função do fraudador na organização
- ii. Inteligência para explorar a oportunidade
- iii. Habilidades de coerção
- iv. Habilidade para mentir
- v. Habilidade de gerenciar

Segundo os autores, a capacidade é um fator determinante para que a oportunidade seja aproveitada pelo fraudador. Ainda nessa conceituação, vê-se a identificação de dois tipos de capacidade com base no perfil do fraudador. A primeira delas é a capacidade acidental, que é aquela onde não há premeditação no sentido de capacitar-se para a oportunidade: quando a oportunidade é percebida, o fraudador já

possui a capacidade. A segunda é a capacidade predatória. Nela, o fraudador identifica quais quesitos são necessários para viabilizar a fraude por meio da oportunidade encontrada. Há nesse caso preparação para tal, premeditação. Os autores vinculam esse tipo de fraudador a mentes criminosas e arrogantes. (BORBA e MARAGNO, 2017).

FIGURA 3 - DIAMANTE DA FRAUDE



FONTE: AUTOR (2018).

Por fim, vale ressaltar que CRESSEY (1950) deixa claro que essas características são fatores que precedem a fraude. Segundo BORBA e MARAGNO (2017), uma vez que estabelecida a fraude os esforços do agente fraudador se concentram na ocultação e mensuração dos benefícios provenientes do ato fraudulento.

Ainda mais recentemente sugeriu-se a inserção de um quinto elemento ao então Diamante da Fraude, a **Disposição ao Risco**, criando o conceito de **Pentágono da Fraude** (FIGURA 4). (SANTOS, 2016).

Segundo o autor, que apresentou o conceito pela primeira vez na literatura, a Disposição ao Risco é o momento em que o fraudador avalia os riscos inerentes à ação, ponderando os riscos e os benefícios envolvidos de forma que, sem disposição suficiente a fraude não ocorre. Trata-se de uma fase de análise por parte do fraudador, onde o mesmo mede se os ganhos que buscará obter se sobressaem às possíveis penalidades que o mesmo pode vir a sofrer caso a fraude venha à tona. (SANTOS, 2016).

A disposição pode ser vista como um desdobramento do elemento Motivação, onde o primeiro reflete os fatores externos que pressionam o indivíduo e o segundo, tem ligação com a forma como o mesmo trabalha internamente essas pressões externas, sendo ele o ato de analisar e decidir pela execução da fraude. (SANTOS, 2016).

FIGURA 4 - PENTÁGONO DA FRAUDE



FONTE: AUTOR (2018).

Santos (2016), pontua a existência de 3 tipos de visão acerca do risco, como sendo as consideradas pelos fraudadores em suas avaliações. São elas:

Risco Perigo: uma análise com viés pessimista por parte do fraudador, que leva em conta experiências negativas, imprevisíveis ou indesejadas. É o “Medo das Consequências”. (SANTOS, 2016, p.177). Segundo Santos (2016), a principal ponderação realizada pelo fraudador com essa visão do risco é a reputação pessoal.

Risco Probabilidade: mensuração do risco por parte do fraudador de forma racional e estatística, com a finalidade de gerenciar o mesmo. Gerenciar o risco “é analisar o quanto assumir esse risco valerá a pena”. (SANTOS, 2016, p.178)

Risco Aventura: uma visão positivista por parte do fraudador, que vê o risco como um desafio a ser superado e que tal “superação” faz parte de um processo em busca de sucesso. Nesse caso “o indivíduo é corajoso para assumir e enfrentar riscos”. (SANTOS, 2016, p. 180).

Este último pode ser analisado sob o conceito de comportamento maquiavélico descrito por Murphy (2012), vinculando a Disposição ao Risco ao elemento da Racionalização.

3.1.3. Aspectos históricos

Historicamente, as fraudes não são nenhuma novidade. Casos de indivíduos que agem de má-fé para obter benefícios são antigos e apenas evoluíram com o tempo, aprimorando suas técnicas de acordo com as mudanças ocorridas com a evolução natural das sociedades. No período compreendido entre século XIX (em que transcorreu a Primeira e o início da Segunda Revolução Industrial) até os primórdios do século XX, o mundo viu o surgimento e crescimento daquelas que hoje são as maiores empresas do mundo. Com o surgimento da Internet nos anos 60, o desenvolvimento acelerou-se de maneira considerável, gerando o fenômeno que hoje conhecemos como globalização em meados dos anos 1980. (VICENTINO, 2011).

Todo esse processo fez com que, não somente as empresas crescessem, mas também o risco de fraude e o seu impacto para a sociedade.

Conforme exposto por Ayres (2014), já em 1920 o mundo presenciou um caso de fraude contra investidores, quando o ítalo-americano Charles Ponzi, utilizando do hoje muito conhecido Esquema de Pirâmide (que posteriormente viria a ser conhecido como Esquema Ponzi) em que atraiu gigantesco número de clientes com a promessa de uma rentabilidade de 50% em 45 dias. O esquema baseava-se na compra de cupons postais de outros países, trocados por selos nos EUA a um preço mais caro. Entretanto, as despesas e prazos para conversão da moeda eliminavam qualquer rentabilidade. Apesar disso, por meio da divulgação dos próprios investidores iniciais recrutando novos investidores, Ponzi foi capaz de alimentar o topo da pirâmide, remunerando os investidores antigos com o dinheiro dos novos, após retirar sua generosa parcela. A estrutura chegou a um ponto onde se tornou insustentável, levando dezenas de investidores a perder o dinheiro investido em sua totalidade. Apesar de antigo, ainda na

atualidade muitas empresas se utilizam desse método, disfarçando-o com leves pormenores.

Desde então os casos de fraude foram vários. Como demonstrado por Gara (2015) e Porto (2016) a humanidade presenciou nos tempos modernos casos catastróficos de fraude e corrupção, como o escândalo de *Watergate* no início dos anos 70, *Cendant* e *WorldCOM* nos anos 90, *Qwest*, *Tyco International* e o icônico caso Enron no início dos anos 2000, Parmalat em 2003, *Madoff* e *Lehman Brothers* em 2008, Grupo EBX e Petrobrás em 2014 (com reflexos até os dias atuais em decorrência da Operação Lava-Jato), entre outros. Silveira (2008) deixa explícito que o mais complexo e maior caso de fraude de que se tem conhecimento no mundo atual foi, sem dúvidas, o caso da empresa de energia americana Enron, em que a alta gestão, com seus esquemas, mentiras, promessas impossíveis de se cumprir e completa falta de ética, abalou fortemente o mercado de ações, a economia e a sociedade norte-americanas e por consequência, o mundo. Utilizando-se de diversos artifícios investidores e acionistas foram sugados, todo o dinheiro embolsado pelos altos executivos, e apenas ruínas foram deixadas de uma empresa que aparentemente era monumental, mas que foi construída com base em manipulações contábeis, com um poder que de fato nunca existiu.

Em contrapartida às fraudes, diversas medidas surgiram por parte dos governos e órgãos reguladores, a fim de aumentar a proteção contra fraudes e aumentar a punição para corrupção e Crimes de Colarinho Branco. Em 1977, surgiu nos EUA a Lei Anticorrupção americana e posteriormente, após o icônico caso da empresa Enron, surgiu a Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX) dando maior proteção ao investidor e estabelecendo os níveis de responsabilidade da administração e outras partes envolvidas (auditorias, governo, etc) em casos de fraude. Em 2011 foi a vez do Reino Unido promulgar uma Lei Anticorrupção (*UK Bribery Act*). No Brasil entretanto, tivemos a promulgação de uma Lei Anticorrupção apenas em 2013 (Lei 12.468) demonstrando uma postura um tanto quanto tardia do governo brasileiro frente à onda de fraudes das últimas 3 décadas. Porto (2016).

Entretanto, casos impactantes de fraudes ainda vêm ocorrendo, mesmo com toda a regulação imposta. Tal fato nos leva a acreditar que possivelmente ainda existem muitas fraudes sendo operadas no mercado e que as empresas, órgãos reguladores e

auditorias precisam ampliar seus trabalhos para detectá-las ou evitar que novos esquemas fraudulentos se instaurem.

Conforme exposto por ARBEX:

As quatro grandes consultorias que atuam no Brasil, a PwC, a Ernst & Young (EY), a Deloitte e a KPMG, mais do que dobraram as áreas dedicadas a programas de *compliance*⁶ e de investigação de fraudes, diante da crescente demanda das empresas do país. A entrada em vigor da Lei Anticorrupção, em 2013, e os recentes escândalos corporativos, principalmente a operação Lava-Jato, mudaram o ambiente de negócios no Brasil. Preocupadas em evitar prejuízos financeiros e de imagem e se adequar à lei, as companhias de todos os portes têm recorrido cada vez mais às consultorias especializadas. (ARBEX. 2017, p .3).

Entretanto, segundo Ribeiro (2017) expôs em entrevista à Arbex (2017), “as empresas estão se movimentando, mas o desenho e a implantação dos programas de *compliance* estão apenas começando”. Além disso, Moreira (2017) complementa que “é preciso que as empresas criem políticas específicas, com foco anticorrupção para atender à legislação. É uma mudança cultural, que implica a quebra de paradigmas”.

3.1.4. Métodos de execução da fraude

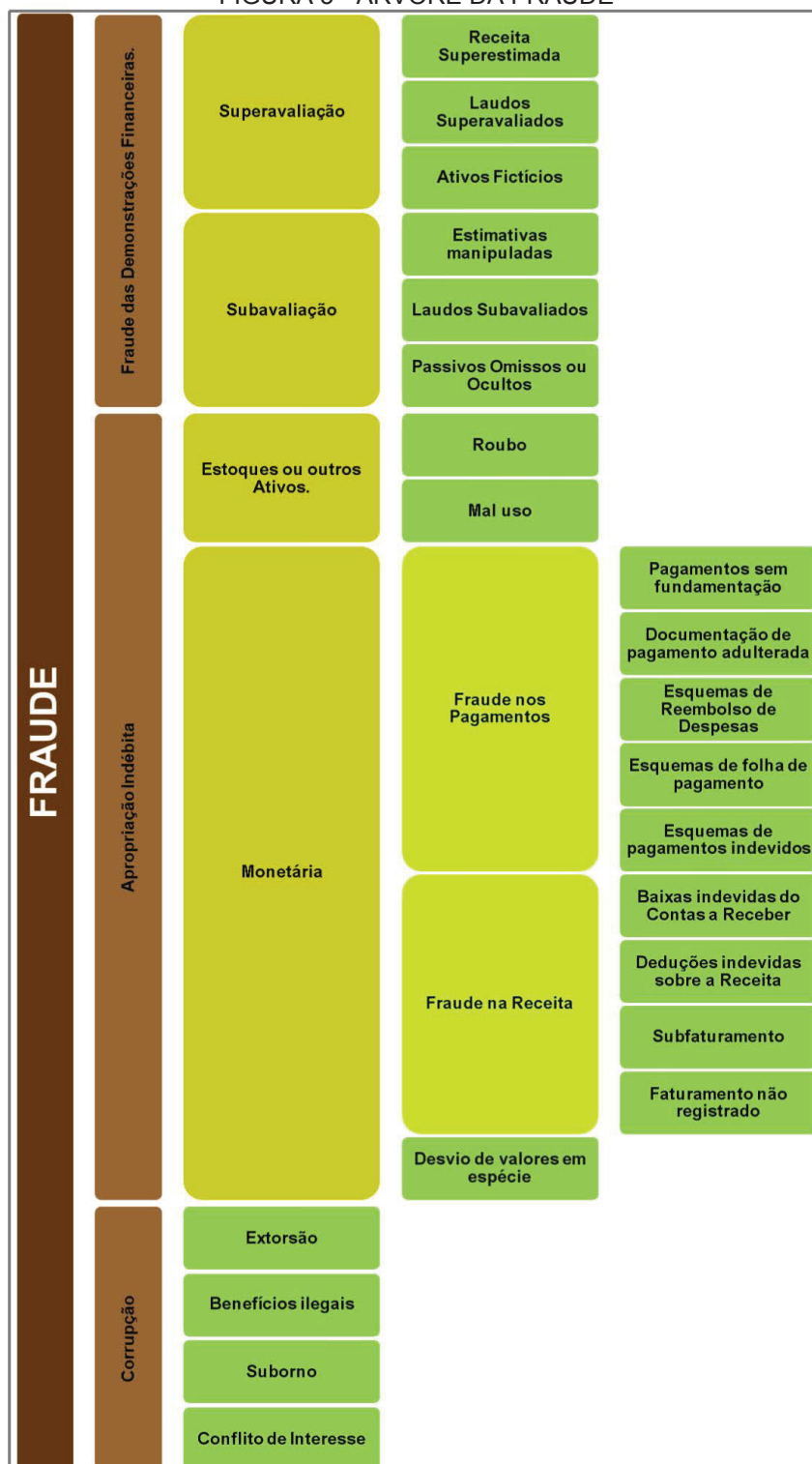
A *Association of Certified Fraud Examine* – ACFE (2016), apresentou em seus estudos a “Árvore da fraude” (FIGURA 5), a qual se trata de um trabalho taxonômico da fraude, demonstrando suas diversas modalidades conforme conhecidas até o presente momento.

Em termos de classificação em tipos, a Fraude é subdividida em 3 grandes modalidades: **Corrupção, Apropriação Indébita de Ativos, e Fraude das Demonstrações Financeiras.**

Cada uma delas, se subdivide em outras modalidades, conforme demonstramos e explicamos abaixo. Vale ressaltar que essas modalidades podem ocorrer de maneira isolada ou combinadas, das mais variadas formas, na execução de um plano fraudulento.

⁶ Conformidade. Corresponde ao cumprimento de regras, legislações e regulamentações.

FIGURA 5 - ÁRVORE DA FRAUDE



FONTE: TRADUÇÃO LIVRE DE ACFE, 2016, p.11

Corrupção, por definição, é o ato ou efeito de fazer uso de meios ilícitos para vantagens pessoais ou de terceiros e provém de uma degradação de valores morais. (MELHORAMENTOS, 2016). No âmbito da legislação brasileira, conforme posto no Código Penal Brasileiro (1940) ela pode ser classificada como Ativa, como exposto no Art. 333, “Oferecer ou prometer vantagem indevida [...] para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício” ou Passiva, com o exposto no Art. 317, “Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, [...] vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem”. Segundo ACFE (2016) ela se subdivide em 4 modalidades menores: *Conflito de Interesse*, *Suborno*, *Benefícios ilegais* e *Extorsão*.

A primeira delas, o *Conflito de Interesse*, pode ser identificada em processos de compra e venda. Nessa modalidade, compradores de empresas negociam com fornecedores priorizando àqueles que podem trazer algum benefício escuso ao mesmo. Também são comuns casos de beneficiação de familiares ou parentes próximos em processos de concorrência ou licitação.

Já o *Suborno*, apresenta-se de modo mais recorrente (porém não exclusivo) nas relações entre instituições públicas ou público-privadas. Geralmente ocorre em situações de vistoria ou fiscalização, onde a empresa ou órgão público, sob a iminência de uma penalização grave por parte do órgão fiscalizador, ofertam quantia em dinheiro no intuito de safar-se da situação. O mesmo também pode ser visto na forma de uma oferta a um órgão público, por exemplo, para liberação de um alvará, configurando nesse caso uma situação de Propina.

Esta subdivisão da última mostra-se intimamente ligada à terceira modalidade, *Benefícios ilegais*, concretizada quando uma pessoa, entidade ou órgão consegue beneficiar-se em detrimento de outros, sem mérito ou previsão legal para tal.

Por último, a quarta modalidade de Corrupção é a *Extorsão*, em que há a obtenção de benefícios monetários ou privilégios fazendo uso de chantagem, mentira e manipulação.

A **Apropriação Indébita de Ativos**, conforme o artigo 168 do CÓDIGO PENAL BRASILEIRO (1940), é “apropriar-se de coisa alheia móvel”. Em resumo, corresponde ao ato de apossar-se de bens ou direitos de outrem de maneira indevida. É a modalidade

com mais ramificações na “árvore da fraude” estruturada pela ACFE (2016). Há inicialmente dois tipos: a ***Apropriação Indébita Monetária*** e a ***Apropriação Indébita de Estoques ou outros Ativos***.

No caso da ***Monetária***, vê-se as seguintes práticas:

- i. Desvio de valores em espécie.
- ii. Fraude na Receita.
- iii. Fraude nos Pagamentos.

A primeira consiste basicamente na apropriação indevida de valores existentes no caixa, cofres, bancos ou aplicações da empresa. A *Fraude na Receita*, por sua vez, pode também envolver o *Desvio de dinheiro* (no ato do recebimento financeiro de títulos, por exemplo) mas também pode ser praticada com o intuito de *Sonegação*, cuja definição trazida pela ACFE (2016) é de um “processo pelo qual o dinheiro é retirado da entidade antes de entrar na contabilidade. Este é um esquema “*off-book*” porque o recebimento do dinheiro nunca é reportado à entidade”. Esta, pode ser praticada de diversas formas, como por exemplo:

- i. Faturamento não registrado (desconhecimento de recebíveis).
- ii. Subfaturamento.
- iii. Deduções indevidas sobre a Receita.
- iv. Baixas indevidas do Contas a Receber.

Por fim, a terceira prática, *Fraude nos Pagamentos*, é a que possui maior abertura, segundo ACFE (2016), para atos ilícitos, sendo eles:

- i. Esquemas de pagamentos indevidos, como por exemplo, compras ou pagamentos de contas pessoais do fraudador.
- ii. Esquemas de folha de pagamento, como funcionários fantasma, esquemas para pagamento de comissões indevidas e falsificação de salários.
- iii. Esquemas de Reembolso de Despesas, como por exemplo reembolso de despesas não características à atividade da empresa, despesas exageradas, fictícias ou reembolsos múltiplos.

- iv. Documentação de pagamento adulterada como por exemplo, falsificação ou adulteração de cheques ou boletos e alteração de cadastro bancário para pagamento de fornecedores.
- v. Pagamentos sem fundamentação, como reembolsos falsos ou pagamentos de contas que não existem.

No caso da **Apropriação de Outros Ativos**, pode-se ter basicamente duas situações que configuram fraude.

- i. Mal uso: uso dos ativos da empresa para fins que não configuram a atividade laboral ou obtenção de benefícios pessoais.
- ii. Roubo: compras de ativos por meio da empresa para fins pessoais, desvios de ativos da empresa ou venda dos mesmos de maneira indevida.

Vale lembrar que tanto os bens tangíveis (Estoques, Imobilizado) quanto intangíveis (*Softwares*, Projetos e pesquisas) estão sujeitos às situações acima descritas.

Por fim, há as **Fraudes nas Demonstrações Financeiras**, constituídas por artifícios utilizados pelas empresas na finalidade de mascarar suas contas e apresentar resultados muitas vezes inexistentes, ocultando ou subavaliando obrigações e criando ou superavaliando bens e direitos. Um exemplo claro dessa prática na atualidade foi o da empresa norte-americana de energia, Enron. Conforme exposto por SANDRINI (2011), a Enron fez dos artifícios contábeis (na época chamados de “contabilidade criativa”) o pivô de seu grande esquema fraudulento, visto que apresentava lucros cada vez maiores enquanto, na realidade, era proprietária de diversos ativos de gás e energia que só geravam prejuízos. Para tal, fez uso (e abuso) da técnica da marcação a mercado (*Mark-to-market*), por meio da qual era possível se registrar benefícios futuros que estimava-se obter dos contratos firmados pela empresa no futuro, como um resultado no presente, mesmo que a avaliação real e segura desses ganhos fosse impossível de ser mensurada.

Conforme pontuado pela ACFE (2016) a Superavaliação e a Subavaliação, podem surgir por meio da apresentação de ativos fictícios, passivos omissos ou ocultos, má mensuração do valor de ativos e passivos (receita superestimada ou custos/despesas subestimados) e mau uso de estimativas contábeis (manipulação de provisões, por

exemplo), problemas de reconhecimento dentro ou fora da competência correta (*Cut-off* de ativos e passivos) ou da avaliação incorreta dos saldos utilizando laudos de terceiros (por exemplo, forjando laudos de ativos biológicos ou adulterando cálculos de passivos financeiros).

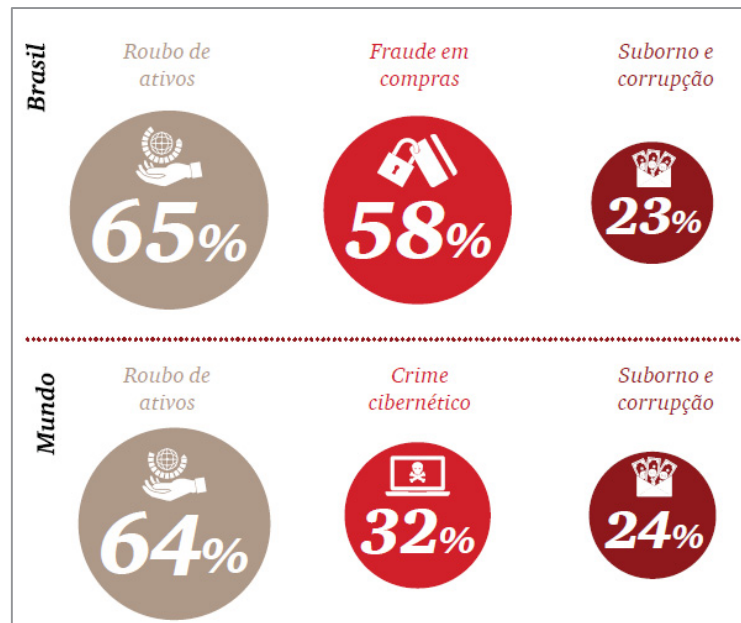
Tais atos fraudulentos se dão através de certas práticas, as quais podem ser as mais diversas, podendo envolver adulteração, destruição e criação de documentos, registros e lançamentos, assim como envolver um mix de outras práticas, como corrupção, suborno e outras. Raramente as fraudes são realizadas apenas sob uma modalidade, mas sim, um conjunto de práticas que engloba diferentes oportunidades identificadas pelo fraudador. (ACFE, 2016).

A PwC⁷ (2016) mapeou os principais tipos de fraude no Brasil e no mundo. Conforme a pesquisa realizada, 64% das fraudes no mundo (65% no Brasil), possuem entre suas práticas o Roubo de Ativos (Apropriação Indébita). Em segundo temos a fraude em compras, no Brasil com 58%. Entretanto, a nível mundial, a fraude em compras corresponde a 23%, sendo superada pelos crimes cibernéticos (os quais no Brasil, tem apenas 15% de ocorrência). Em seguida, vemos os casos de Suborno em corrupção, que tem percentual de ocorrência de 24% no mundo (23% no Brasil). O destaque fica para a modalidade de “*Insider Trading*” (uso de informações privilegiadas para obter benefícios ilegais), em que o Brasil possui um percentual de ocorrência em 23% dos casos de fraude, contra apenas 7% a nível mundial. A fraude contábil (fraude das demonstrações financeiras) aparece em 18% dos casos (mundo) e 15% dos casos (Brasil).

No Brasil, a fraude em compras foi o tipo de crime econômico que mais cresceu em relação à edição anterior (de 44% para 58%). [...] O roubo de ativos se manteve praticamente estável em primeiro lugar, enquanto suborno e corrupção aparece em terceiro lugar, mas recuou de 28% para 23%. [...] A prevalência do roubo de ativos na nossa pesquisa ano após ano é previsível, já que esse crime é tradicionalmente visto como o mais fácil de detectar. (PWC, 2016, p.9)

⁷ PricewaterhouseCoopers, assim como a KPMG, faz parte do “*Big Four*”, grupo das quatro maiores empresas multinacionais do setor de auditoria e consultoria corporativa.

FIGURA 6 - TRÊS TIPOS MAIS COMUNS DE CRIMES ECONÔMICOS EM 2016



FONTE: PWC, 2016, p. 9

A ACFE (2016) em seu estudo acerca das fraudes, apresentou algumas divergências em relação ao trabalho da PwC, pois a mesma não segrega as fraudes em compras da categoria de Apropriação indébita, mas em sua essência os resultados são muito semelhantes. Nesse outro estudo, vê-se dados acerca do impacto financeiro dessas fraudes, onde é possível verificar não há proporção direta entre volume de ocorrência de um crime e seu impacto financeiro.

Segundo apontado pela pesquisa, as três principais categorias são, na sequência, apropriação indébita de ativos, corrupção e fraude das demonstrações financeiras (que nessa pesquisa aparece em terceiro lugar, devido a aglutinação das fraudes em compras à primeira categoria citada). Vale destacar que, representativamente, a corrupção e a fraude das demonstrações apresentaram um crescimento de 2 pontos percentuais entre 2012 e 2016, enquanto a apropriação indébita de ativos caiu 5 pontos percentuais. (ACFE, 2016)

Entretanto, quando analisado o impacto monetário temos que a perda média ocasionada por cada caso de apropriação indébita de ativos, nesta pesquisa com

ocorrência em 84% dos casos de fraude, é de US\$ 125.000. Enquanto isso, a corrupção, ocorrente em 35% dos casos, apresenta impacto médio por caso de US\$ 200.000. Já a fraude das demonstrações financeiras, a qual apresenta quase 10% de ocorrência, apresenta impacto médio por caso da ordem de US\$ 975.000, ou seja, aproximadamente 7,8 vezes mais impacto do que a fraude mais comum (apropriação indébita de ativos). (ACFE, 2016)

A pesquisa também leva em conta a ocorrência dessas três modalidades de fraude em conjunto. Em primeiro lugar vê-se a Apropriação indébita isolada, com 57,2% dos casos, seguida da Apropriação indébita em conjunto com Corrupção, 23,6% dos casos. Em terceiro lugar vê-se a Corrupção isolada, com 9%. Apenas 3,8% dos casos combinam as três principais práticas em uma única fraude, seguido de 3,4% que não envolvem corrupção. Os casos onde há apenas a fraude das demonstrações somam 2%, e aqueles onde há fraude das demonstrações em conjunto com corrupção correspondem a 1%. (ACFE, 2016)

Outro dado compilado pela pesquisa foi a forma como as fraudes são cometidas. No topo da lista vê-se a Criação de documentos físicos fraudulentos, seguido da adulteração de documentos físicos e de transações no sistema contábil. Além disso, há também a criação de transações fraudulentas no sistema contábil, destruição de documentos físicos, alteração ou criação de documentos eletrônicos, lançamentos manuais fraudulentos ou adulterados, e outros. Essas seriam as principais formas como as fraudes se concretizam, sendo que as três primeiras citadas aparecem em mais de 40% dos casos. (ACFE, 2016)

O papel da tecnologia nesse processo se mostra extremamente relevante. Conforme apontado pela KPMG (2016):

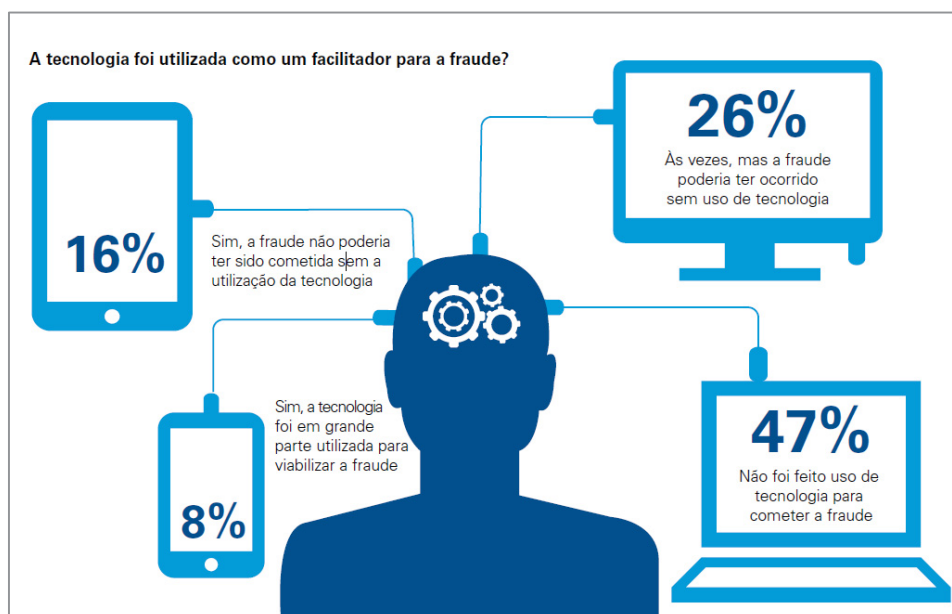
A tecnologia é uma faca de dois gumes. Os avanços tecnológicos apresentam ferramentas mais poderosas no fortalecimento das defesas das empresas contra a fraude, bem como um meio de o fraudador encontrar áreas de vulnerabilidade a ser explorada. (KPMG, 2016, p. 20).

Conforme a pesquisa realizada pela KPMG (2016), a tecnologia foi um facilitador para a fraude em algum nível de utilização para 50% dos casos, sendo que em 16% a

fraude não teria ocorrido se não fosse pelos meios tecnológicos disponíveis. Em contrapartida, em 47% dos casos a tecnologia não teve nenhum papel no desenvolvimento da fraude (FIGURA 7). Além disso, estabelecendo um vínculo com o perfil do fraudador (sobre o qual disserta-se mais adiante neste trabalho), foi possível verificar que:

Em fraudes viabilizadas por tecnologia, o fraudador tende a ser mais jovem (60 por cento estão na faixa etária de 26 a 45 anos de idade). “Fraudadores mais velhos contam menos com a tecnologia e mais com os relacionamentos pessoais. À medida em que os empregados mais jovens e mais habilidosos com a tecnologia sobem posições na organização, o aumento da incidência de fraudes relacionadas à utilização da tecnologia aumenta”, diz Phil Ostwalt, Líder de Investigações Globais, KPMG nos EUA. (KPMG, 2016, p. 21).

FIGURA 7 - A TECNOLOGIA FOI UTILIZADA COMO UM FACILITADOR PARA A FRAUDE?



FONTE: KPMG, 2016, p. 21.

3.2. PERFIL DO FRAUDADOR.

Conforme apontou a pesquisa da KPMG (2016), houve um crescimento considerável no volume de fraudadores que foram capazes de identificar uma

oportunidade para agir nos últimos anos⁸. Entender e conhecer o fraudador é tão importante quanto entender e conhecer a fraude, visto que ele é o agente (seja sua participação ativa ou passiva) por meio do qual a fraude se concretiza. Como já explicitado anteriormente, os estudos mais recentes acerca da fraude mostram a importância do fator humano na mensuração do risco de fraudes. Conforme exposto pela KPMG:

Mesmo quando os controles são efetivos, os fraudadores burlam ou os negligenciam. Diferentes formas de detecção entram em ação (tais como os denunciadores, outros tipos de mecanismos de denúncias anônimas, e clientes ou fornecedores suspeitos), especialmente para checar executivos com grande poder de decisão concentrado em suas mãos. (KPMG, 2016, p. 6).

Contudo, “na pesquisa do crime econômico, o aspecto da personalidade raramente recebeu muita atenção”. (ALALEHTO, 2003, Introdução).

Alalehto (2003), traz que “na pesquisa de personalidade, o indivíduo é visto como um todo”. (ALALEHTO, 2003, p. 7). No âmbito da análise e delineamento de perfil criminal, a literatura distingue dois modelos básicos: o **Perfil Dedutivo** e o **Perfil Indutivo**. (FRESCO, 2015). O primeiro, corresponde ao estudo de evidências físicas do crime e estudo das vítimas. Já o segundo modelo considera o conceito de que pessoas diferentes quem praticaram crimes semelhantes, possivelmente compartilham traços de personalidade comuns. Conforme apontado, “[...] a abordagem mais favorável na realização dos perfis é uma abordagem mista”. (FRESCO, 2015, p. 27).

3.2.1. Características Psicológicas.

Conforme apontado pela KPMG (2016) a análise do perfil de um fraudador ajuda as organizações a entenderem melhor esse complexo campo de conhecimento, contribuindo para uma discussão global sobre o fraudador, e não apenas da fraude. Robbins, Judge e Sobral (2010), dissertam sobre o modelo de análise de personalidade conhecido como o Indicador de Tipos de Personalidade Myers-Briggs. O mesmo consiste

⁸ Comparando-se com os dados da mesma pesquisa obtidos na sua edição anterior em 2013.

em um teste de personalidade com cem questões, que avalia o modo como as pessoas reagem frente a determinadas situações, classificando-as conforme abaixo:

Extrovertidos (E) versus **Introvertidos (I)**. Os indivíduos extrovertidos são expansivos, sociáveis e assertivos. Os introvertidos são quietos e tímidos.

Sensoriais (S) versus **Intuitivos (N)**. Os indivíduos sensoriais são pragmáticos e preferem ordem e rotina. Eles focam nos detalhes. Os intuitivos confiam em processos inconscientes, são mais criativos e têm visão ampliada das situações.

Racionais (T) versus **Emocionais (F)**. Os indivíduos racionais usam a lógica e o raciocínio para lidar com problema, tomando decisões objetivas. Os emocionais tomam as decisões baseados em valores pessoais e sentimentos acerca do assunto.

Julgadores (J) versus **Perceptivos (P)**. Os tipos julgadores gostam de ter o controle e querem ter seu mundo estruturado e organizado. Os perceptivos são flexíveis e espontâneos e tendem a sentirem-se ansiosos e inseguros a o tomar decisões. (ROBBINS, JUDGE E SOBRAL, 2010, p. 129).

Robbins, Judge e Sobral (2010), ressaltam que essas classificações se combinam em 16 personalidades diferentes. Aqueles que são I-N-T-J (Introvertido, Intuitivo, Racional e Julgador), por exemplo, são os considerados Visionários, possuidores de muita originalidade e criatividade. Com ideias e propósitos próprios, eles são céticos, críticos, independentes, determinados e constantemente teimosos. Indivíduos E-S-T-J são os organizados. Esses são realistas, lógicos, analíticos e decididos, possuindo viés para os negócios ou a engenharia, se sentindo muito atraídos pela função de organizar e dirigir atividades. Já os E-N-T-P, são os idealizadores. Extremamente idealizadores e individualistas, se sentem atraídos pelas possibilidades do empreender e não aceitam rotinas. Dentre os principais empreendedores de grande sucesso do mundo contemporâneo (Apple, Honda, Sony, Microsoft), as características predominantes são N (Intuitivos) e T (Racionais). Segundo pesquisas, esse perfil (NT) é presente em apenas 5% da população.

Robbins, Judge e Sobral (2010), explicam que muitas controvérsias permeiam o modelo acima e que há muita discordância no meio científico quanto à sua efetividade, uma vez que é uma ferramenta que, além de não possuir meios-termos, é apenas um método de auto avaliação, sendo impossível avaliar um indivíduo e seus traços por meio desse método se o mesmo não responder ao questionário de maneira verdadeira.

Dessa forma, Robbins, Judge e Sobral (2010), apontam o modelo *Big Five*, como sendo a metodologia empírica mais aceita. Esse modelo traça, considerando cinco dimensões da personalidade, as variantes mais expressivas da personalidade humana.

Extroversão. Dimensão que se refere ao nível de conforto de uma pessoa com seus relacionamentos. Os extrovertidos costumam ser agregadores, assertivos e sociáveis. Os introvertidos costumam ser reservados, tímidos e quietos.

Amabilidade. Dimensão que se refere à propensão de um indivíduo em acatar as ideias dos outros. As pessoas muito amáveis são cooperativas, receptivas e confiáveis. As pessoas que tem baixa pontuação nessa dimensão são frias, desagradáveis e confrontadoras.

Conscienciosidade. É uma medida de confiabilidade. Uma pessoa altamente conscienciosa é responsável, organizada, confiável e persistente. Aquelas que tem baixa pontuação nessa dimensão são facilmente distraídas, desorganizadas e pouco confiáveis.

Estabilidade emocional. Dimensão geralmente rotulada por seu oposto – o neuroticismo – e que se refere à capacidade de uma pessoa para lidar como estresse. As pessoas com estabilidade emocional positiva costumam ser calmas, autoconfiantes e seguras. Aquelas com pontuação negativa tendem a ser nervosas, ansiosas, deprimidas e inseguras.

Abertura para experiências. Dimensão que se refere aos interesses de uma pessoa e seu fascínio por novidades. Pessoas muito abertas são criativas, curiosas e sensíveis artisticamente. As que ficam na outra ponta dessa dimensão tendem a ser convencionais, conservadoras e se sentem melhor com coisas já familiares. (ROBBINS, JUDGE E SOBRAL, 2010, p. 130).

Alalehto (2003), utilizou-se desse modelo para mapear as características de fraudadores. O mesmo identificou três deles como sendo as características de personalidade mais recorrentes nos fraudadores analisados durante suas pesquisas:

[...] [o primeiro é] o **extrovertido** que, com sua competência social (espiritualidade, eloquência, espontaneidade e sensualidade), busca ser sempre o foco e demonstrar seu “lado bom”. Isso não é um problema em si, o problema é que a pessoa extrovertida ao mesmo tempo é um egocêntrico manipulador que, através de sua energia extrovertida, quer dominar e decidir como as coisas devem ser feitas. Ele é aventureiro (ousado e despreocupado), e não se importa de fazer piadas e brincadeiras para se colocar em foco, onde pode se orgulhar e tomar crédito como o egoísta ostensivo que realmente é. Geralmente ele fica envergonhado se suas ações, por qualquer razão, estiverem sendo questionadas ou se as coisas não saírem como ele planejou. [...] Ele quer ser mais puro do que realmente é, mas está pronto para agir indiscretamente (empurrando, bisbilhotando, intrometendo) e avançando para checar as coisas.

[...] [o segundo é] o homem de negócios **desagradável**, que não possui todas as formas de competência social. Ele é relutante, desconfiado e invejoso, cheio de amargura e impertinência e pode agir com desprezo em relação ao mundo e com agressividade [...]. Se as coisas não saírem do seu jeito, ele pode explodir de raiva ao mesmo tempo em que defende uma orientação dogmática sendo

preconceituoso, teimoso e inflexível. Mas, para trabalhar sua vontade, ele não é inteiramente rígido; podendo, se for a hora certa, também agir de uma maneira não honesta (astuta, calculista, insidiosa e com vontade). [...] [ele é] claramente dominante e não é uma pessoa muito boa, mas ao contrário do extrovertido, a pessoa não agradável não é manipulador. [...]

O terceiro determinante, o **neurótico**, [...] é autocomiserativo; até certo ponto, sensível e rápido de se ofender, mas não mostrando isso como raiva em relação ao mundo. Em vez disso, ele transforma sua raiva [...] por dentro e nega que ela seja revelada. Isso naturalmente leva à insegurança [...], que por sua vez leva à ansiedade [...] expressa em atos cuidadosos e tímidos caracterizados pela complacência, dependência, submissão e fácil influência. O neurótico é uma pessoa imatura [...]. (ALALEHTO, 2003, p. 22-23).

A pesquisa de Alalehto (2003) também identificou duas características de indivíduos mais propensos a agirem de maneira correta perante as leis e normas:

A pessoa **conscienciosa** mostra uma tendência proeminente de autodisciplina (disciplina, controle, seriedade e urgência) e consistência (previsibilidade, inflexibilidade, convencionalidade) e ele tem os mesmos traços de introspecção silenciosa que o **introvertido** [...] é uma imagem da ética protestante; ele é trabalhador (persistente, ambicioso, organizado), ordeiro (metódico e cuidadoso) e confiável (obediente, confiável, preciso). Isso também o torna autodisciplinado e consistente em seu comportamento, e de acordo com o protestantismo ele é econômico, mas ele não tem o engajamento que o extrovertido tem. A pessoa presunçosa [...] faz o que tem que fazer, mas o faz de maneira instrumentalmente providente (calculista e progressista), sofisticada [...] e formal. [...] Psicologicamente, pode-se dizer que ele é uma pessoa paranoica. Ele está se dirigindo para fazer as coisas não porque ele quer, mas porque ele "tem que"; suas ações são "observadas" por seu pai rígido, mãe amorosa ou pelos olhos de Deus.

Encontramos uma clara contradição com a pessoa **agradável**. Ele age "com o coração". Ele é sem reservas, amigável, bem-humorado, generoso, magnânimo, perdoador e suave. Ele também é, devido às suas qualificações sociais, educado [...] e sempre deseja ser bem altruísta [...] agindo com calor (afeto, ternura e sentimentalismo). Isso, no entanto, não faz dele uma pessoa com pouca ou nenhuma influência; Ele tem princípios de honestidade e sempre obedece à moral da sociedade, da justiça e da democracia. Mas a pessoa agradável procura por dependência; ele procura amizade e calor. Ele quer "se sentir bem" no contato com os clientes, essa é a questão fundamental em sua vida profissional; ele é muito prestativo. (ALALEHTO, 2003, p. 23-24).

Robbins, Judge e Sobral (2010), apontam outros fatores que são indicadores consideravelmente importantes na análise do comportamento humano. São eles:

Maquiavelismo, Narcisismo e Personalidade Tipo A.

O **Maquiavelismo**, citado anteriormente neste trabalho, quando fala-se a respeito da disposição ao risco, traz ao indivíduo um conjunto de características capazes

de conferi-lo elevado nível de pragmatismo e distanciamento emocional. “ “Se funcionar, use” é uma máxima coerente com a perspectiva desse tipo de indivíduo”. (ROBBINS, JUDGE E SOBRAL, 2010, p. 134). Pode ser interpretado como uma vertente intensificada do comportamento racional.

O **Narcisismo** corresponde ao conjunto de características de um indivíduo que busca ser constantemente o centro das atenções, com manias de grandeza uma alta autoestima, muitas vezes distorcida, além de extrema arrogância. Dá importância excessiva a si mesmo, considera-se merecedor de admiração constante e não possui consciência de limites. Pode ser interpretado como um conjunto de alta extroversão com instabilidade emocional ou neuroticismo. Vale ressaltar que narcisistas são mais propensos a correr riscos, dado o excesso de autoconfiança. (ROBBINS, JUDGE E SOBRAL, 2010).

Por quererem constantemente ganhar a admiração dos outros e receber confirmação de seus superiores, os narcisistas tendem a “falar mal” daqueles que os ameaçam, tratando os outros como se fossem inferiores. Eles também têm tendência de serem egoístas e exploradores e acreditam que os outros existem para beneficiá-los. (ROBBINS, JUDGE E SOBRAL, 2010, p. 135)

Por fim, a **Personalidade Tipo A**, corresponde aos indivíduos com elevado espírito competitivo e agressivo, além de um constante senso de urgência. Esse perfil pode ser interpretado como a junção dos dois anteriores. Pessoas com esse padrão de personalidade costumam buscar por cada vez mais coisas cada vez mais rápido, agindo contra tudo e todos se assim for necessário. É um perfil muito valorizado na cultura norte-americana e em algumas organizações de cultura organizacional mais agressiva. Estão sempre em movimento e tem comportamento impaciente frente às situações, fazendo sempre diversas coisas ao mesmo tempo. Viciados em trabalho, não sabem lidar com o lazer e, dada sua alta ambição, medem constantemente seu sucesso com base no dinheiro, títulos ou coisas que conseguiu acumular. (ROBBINS, JUDGE E SOBRAL, 2010).

Retornando ao viés do fraudador, conforme citado anteriormente, a fraude “é um crime de fato. Não é, todavia, comumente chamado de crime, e defini-lo por este nome

não o torna pior, do mesmo modo que se abster não o faz melhor do que é”. (SUTHERLAND, 1940, p. 97-98).

Sutherland (1940) debateu amplamente a tratativa das fraudes sob o ponto de vista da criminologia. Conforme discorrido anteriormente, muito se estudou desde então acerca da fraude em si (estrutura da fraude, métodos de fraude), e, conforme apontar-se-á mais adiante, há também muitas análises acerca da prevenção e detecção das fraudes, tendo como base os métodos e ferramentas utilizados no passado para realização das mesmas. Contudo, o debate e o estudo acerca do fraudador se mostraram assuntos mais recentes na literatura acerca do tema.

Conforme Rodrigues (2010), ao final dos anos 70 deu-se início a criação de uma técnica investigativa pelo FBI⁹, que visava traçar perfis psicológicos e comportamentais de criminosos, avaliando traços de personalidade, comportamento e variáveis sociais e demográficas dos indivíduos com base em seus crimes. Essa técnica, o *Profiling* (ou Perfil Criminal) iniciou a fase científica de elaboração de perfis de criminosos, por meio da qual “os investigadores da polícia poderiam desenvolver uma descrição do ofensor baseada não num relatório de testemunho ocular, mas em comportamentos evidentemente exibidos durante o cometimento de um crime. ” (RODRIGUES, 2010, Introdução). Fresco (2015), explicita o assunto ao pontuar que:

O *profiling* criminal enquadra-se na área de Psicologia Forense, e tem como objetivo a sua utilização no ramo da investigação criminal através da aplicação de concepções psicológicas, criminológicas, psiquiátricas, criminalística e outras ciências humanas (antropologia, geografia, ...). Esta técnica consiste na correlação de características individuais e pessoas de agentes criminais, fazendo uma correspondência entre a personalidade do ofensor e o seu comportamento criminal. (...) Apesar de ainda se encontrar em desenvolvimento, tem como sua base de atuação a compreensão do criminoso e do fenómeno criminal. A sua finalidade principal é a tentativa de assunção de hipóteses relativamente a um criminoso através da análise de diversos fatores qualificativos, tais como, a cena do crime, vitimologia e conhecimento sobre o agressor. Posteriormente é realizada a elaboração de um perfil criminal do indivíduo, que visa características específicas sobre um indivíduo. (FRESCO, 2015, P. 23).

⁹ O *Federal Bureau of Investigation* (Departamento Federal de Investigação) é uma unidade de polícia do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, servindo tanto como uma polícia de investigação quanto serviço de inteligência interno.

3.2.2. Características Sociais.

Conforme citado anteriormente, o estudo acerca das características do fraudador é consideravelmente recente. Empresas de auditoria tem, de maneira periódica, elaborado pesquisas e compilado informações com base em dados históricos e questionários preenchidos por organizações vítimas de fraudes acerca das principais características dos fraudadores e das fraudes ocorridas, abordando fatores sociais e situacionais, tais como idade, gênero, métodos da fraude, formas de detecção.

Em sua pesquisa mais recente sobre o perfil do fraudador, a KPMG (2016) compilou diversos dados sobre os tipos de fraudadores e as fraudes cometidas por eles, compilando dados de aproximadamente 750 casos de fraude ocorridos.

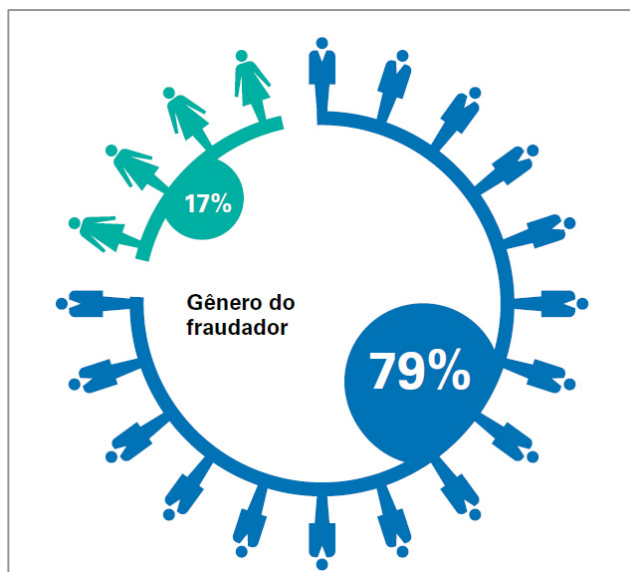
Diversas características foram mapeadas, sendo possível traçar um perfil de maior probabilidade para o autor da fraude, o qual “ [...] tende a ser do sexo masculino, com idade entre 36 e 55 anos, que trabalha junto à organização vítima por mais de seis anos, e que mantém uma posição executiva em operações, finanças ou gestão geral. ” (KPMG, 2016, p. 7).

Numa balança de gênero, 79% dos fraudadores eram homens, contra 17% de mulheres¹⁰ (FIGURA 8). Entretanto, vale ressaltar que a representatividade de mulheres fraudadoras aumentou em 2016, comparado com a pesquisa anterior, onde a proporção era de 13%. Ao contrário do que talvez se possa concluir, esse dado não aponta necessariamente que mulheres são mais honestas que homens. Ele apenas é o reflexo de um cenário global de desigualdade de gênero no trabalho. Conforme apontado pelo estudo do *European Institute for Gender Equality* ¹¹– EIGE (2015), a desigualdade de gênero no campo do trabalho é grande, sobretudo nos cargos mais altos.

¹⁰ 4% restantes sem informações de gênero

¹¹ Instituto Europeu de Igualdade de Gênero, em tradução livre.

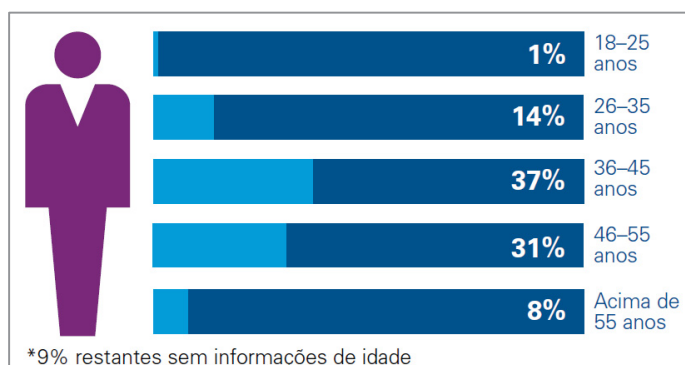
FIGURA 8 - GÊNERO DO FRAUDADOR



FONTE: KPMG, 2016, p. 7

Ao verificar a faixa etária (FIGURA 9), constatou-se que 68% (homens e mulheres) estão na faixa de idade entre 36 e 55, sem grandes alterações em relação à pesquisa de 2013. Verificou-se também que 45% de todas as mulheres fraudadoras se encaixam na faixa etária entre 36 e 45 anos de idade. 14% dos fraudadores estão na faixa etária entre 26 e 35 anos de idade, demonstrando um crescimento de 12% em relação à 2010. (KPMG, 2016).

FIGURA 9 - IDADE DO FRAUDADOR



FONTE: KPMG, 2016, p. 7

Outro ponto analisado pela pesquisa foi o posicionamento da fraude. A pesquisa constatou que 65% dos fraudadores são internos, ou seja, são funcionários da própria organização vítima, enquanto 21% deles são ex-funcionários, e a menor parcela, 14%, de pessoas externas da organização vítima. Entretanto, vale ressaltar que em 62% dos casos houve conluio com terceiros, sendo que em 20% dos casos, foram conluios de mais de cinco profissionais. Trazendo novamente a questão do gênero, a pesquisa verificou que as mulheres possuem menor propensão ao conluio, visto que em apenas 45% dos casos de fraude envolvendo mulheres houve conluio, contra 66% dos casos fraude com fraudadores do gênero masculino. (KPMG, 2016).

A pesquisa constatou que o maior índice de conluio está localizado na América Latina e Caribe, com 76% de ocorrência entre os casos de fraude na região, seguido de África e Oriente Médio, com 74%. Em contrapartida, a Oceania e a América do Norte apresentaram os maiores percentuais de fraudadores atuando sozinhos, com taxas de 65 e 58% respectivamente. (KPMG, 2016).

Além disso, verificou-se que o tempo de trabalho na empresa é um fator significativo. Apenas 2% dos fraudadores possuíam menos de um ano de empresa, 19% possuíam de 1 a 4 anos, seguidos de 14% na faixa de 4 a 6 anos. O restante, possuía mais de 6 anos de empresa. (KPMG, 2016).

Aqui é possível fazer um vínculo com a capacidade predatória citada anteriormente. Nela, o fraudador identifica quais quesitos são necessários para viabilizar a fraude considerando-se a oportunidade encontrada, havendo preparação. É uma prática vinculada a mentes criminosas e arrogantes. (BORBA e MARAGNO, 2017).

Quando analisadas as posições funcionais dos fraudadores na organização, verificou-se que 34% dos fraudadores possuíam nível executivo ou de diretoria, (26% Executivo Diretor, 5% Executivo Sênior, 3% Diretor não executivo); 32% possuíam nível de gerência, e 20% faziam parte do corpo funcional da empresa. Apenas 2% correspondiam a acionistas ou proprietários. Além disso, a pesquisa aponta que:

Uma proporção extremamente alta (44 por cento) dos fraudadores foram percebidos como tendo alçada ilimitada. “Isso apresenta um desafio duplo à organização: tais profissionais podem negligenciar controles, deficientes ou fortes, e podem pedir aos empregados para realizar tarefas para ocultar a sua

fraude”, diz Alex Plavsic, *Head* de Investigações, KPMG no Reino Unido. Eles tendem a ser mais danosos também: 34 por cento das suas fraudes custam às empresas US\$1 milhão ou mais, em comparação com 18 por cento para fraudadores que não possuem alçada ilimitada. (KPMG, 2016, P. 14)

A pesquisa também verificou que 38% dos fraudadores possuíam ótima reputação nas organizações, sendo bem vistos e respeitados pelos demais. Aqui, faz-se um vínculo com a personalidade do extrovertido, mencionada anteriormente. Apenas 10% foram classificados como possuindo baixa reputação. Outro fator verificado foi a percepção do risco: 21% dos fraudadores não sentiam qualquer pressão pela existência de controles, sendo capazes de ignorá-los completamente, não apresentando preocupação com a possibilidade de serem pegos. (KPMG, 2016).

De acordo com a pesquisa, a descrição mais frequente dos fraudadores que tiveram seu perfil levantado é a de serem autocráticos e de possuírem um senso de superioridade percebido como sendo bem mais forte que o senso de raiva ou de medo. [...] Aparentemente, é três vezes mais provável que os fraudadores em geral sejam vistos como amigáveis do que de forma contrária, e são raramente percebidos como solitários. Eles tendem a ser altamente respeitados e não possuem necessariamente um estilo de vida chamativo. (KPMG, 2016, P. 14)

3.3. VÍTIMA DA FRAUDE

Conforme apontado pela KPMG (2016, p. 4) a fraude “representa um ônus econômico e moral pesado sobre a sociedade. ”.

A PwC (2016) aponta que 36% das organizações a nível global foram vítimas de crimes econômicos (12%, a nível Brasil). Em paralelo, 22% das organizações a nível global não desenvolveram em nenhum momento um levantamento de risco de fraude (17%, a nível Brasil) e mais de 15% delas desconhecem a existência de programas formais de ética e *compliance*.

Além disso, há despreparo, uma vez que os métodos de detecção que as empresas possuem não têm sido capazes de acompanhar a evolução das ameaças, sobretudo dos crimes cibernéticos, modalidade em crescimento devido ao forte desenvolvimento ocorrido nesta área nos últimos anos. Conforme a pesquisa, apenas 37% das empresas a nível global (29% a nível Brasil) tem um plano de contingência para

lidar com ataques e fraudes cibernéticas. Há também pouco comprometimento das lideranças, uma vez que menos da metade dos membros dos conselhos de administração cobram e acompanham a capacidade das organizações em lidar com esse tipo de problema. Contudo, conforme também aponta a pesquisa, 20% das organizações acredita que há a possibilidade da ocorrência de um crime econômico que a afete diretamente. (PWC, 2016).

3.3.1. Perfil das vítimas

Conforme já citado anteriormente, a fraude é um problema global (KPMG, 2016). Contudo, a pesquisa atual realizada pela PwC (2016) mostra a existência de diferenças regionais significativas. Numa escala global, a região que lidera a ocorrência de crime econômicos relatados em 2016 é a África, com 57% das organizações entrevistadas (50% em 2014); seguida da Europa Ocidental, com 40% (35% em 2014); América do Norte, com 37% (41% em 2014); Europa Oriental, com 33% (39% em 2014); Ásia-Pacífico, com 30% (32% em 2014); América Latina, com 28% (35% em 2014) e Oriente Médio, com 21% (mesmo índice de 2014).

A maioria das regiões relatou índices menores de crimes econômicos, com exceção da África, da Europa Ocidental e do Oriente Médio. Na América Latina, os maiores índices foram registrados no Chile (39%, 7 pontos acima do resultado de 2014) e no México (37%, alta apenas de um ponto). Venezuela (33%, 12 pontos a menos que na edição anterior) e Colômbia (32%, em sua primeira participação expressiva na pesquisa) ficaram quase empatadas em terceiro lugar. Os principais países africanos responsáveis pelo aumento dos índices de crime econômico na região foram a África do Sul (69%, inalterado desde 2014), seguida por Quênia (61%, 17 pontos percentuais acima da taxa de 2014) e Zâmbia (61%, com um aumento de 35 pontos).

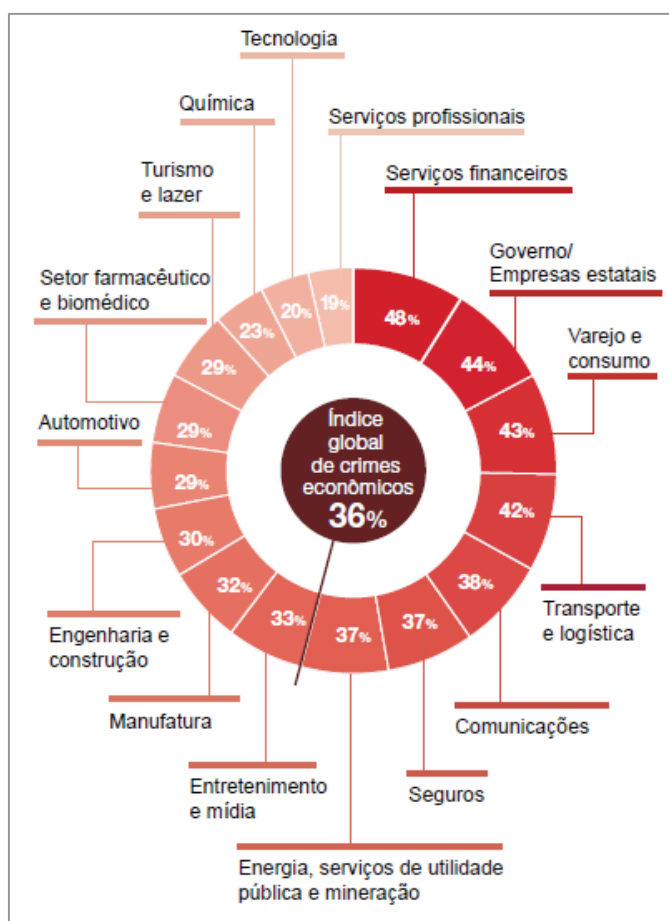
O resultado da Europa foi liderado pela França (68%) e pelo Reino Unido (55%), com 13 e 11 pontos percentuais a mais do que em 2014, respectivamente. Esses números mostram que o crime econômico não está restrito aos mercados emergentes, mas é uma questão importante para as nações desenvolvidas também. (PWC, 2016, p. 9-10)

No que se refere aos setores, é possível verificar que os crimes econômicos ocorrem de maneira bastante diversificada (FIGURA 10). Contudo, o setor de serviços financeiros lidera a lista, com 48% de ocorrência de crimes econômicos entre as

empresas do ramo entrevistadas. A PwC (2016, p. 10) explica que “o setor de serviços financeiros é o mais suscetível ao crime econômico, sobretudo por atender as necessidades financeiras de todas as outras indústrias”. Além disso:

Muitas empresas de serviços não financeiros [...] estão atuando em parceria com empresas de serviços financeiros ou tem suas próprias licenças de operação para prestar serviços nesse segmento, o que amplia o universo de alvos para ocorrências em operações financeiras. Ao longo de décadas, o setor de serviços financeiros, em virtude do seu ambiente altamente regulado, construiu mecanismos de controle, metodologias de detecção e ferramentas de gestão de riscos altamente sofisticadas. Mas as organizações híbridas ainda precisam evoluir na gestão dos riscos ou das mudanças do ambiente de *compliance* no qual agora atuam. (PWC, 2016, p. 10)

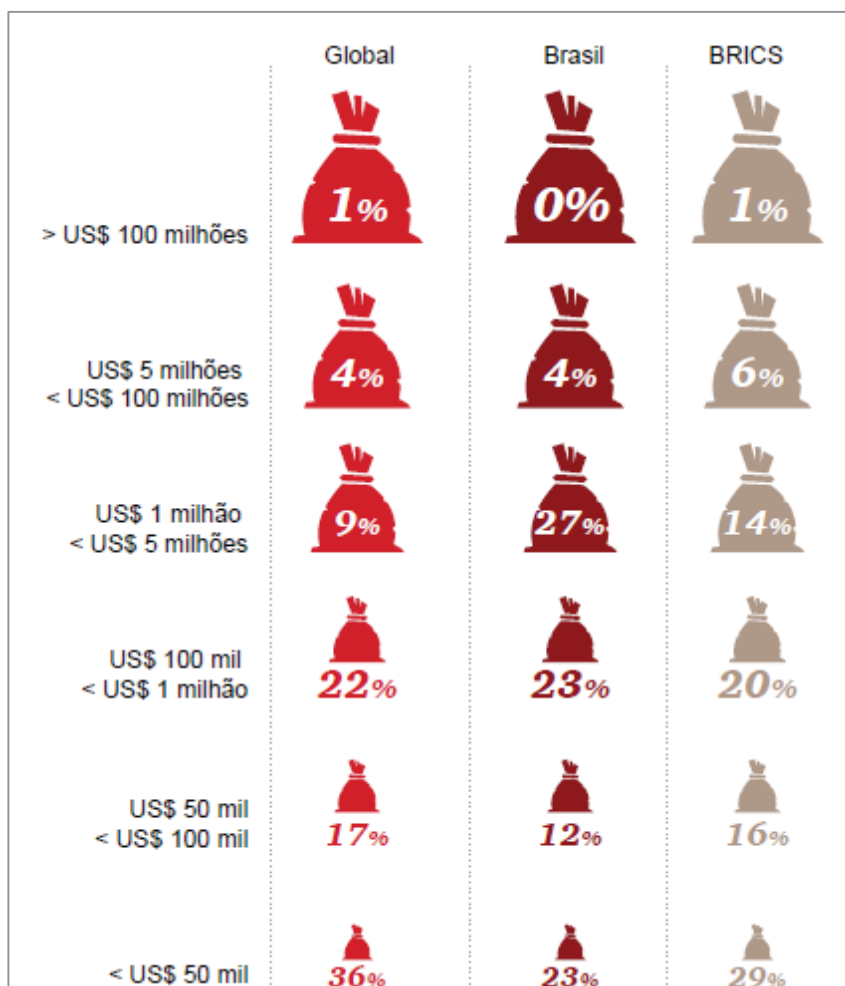
FIGURA 10 - QUE SETORES ESTÃO EM MAIS RISCO NO MUNDO?



FONTE: PWC, 2016, p. 10.

Em relação aos impactos financeiros (FIGURA 11), verificou-se que a nível global, o maior nível de ocorrência é o das fraudes com prejuízos abaixo de 50 mil dólares. No Brasil essa faixa representa apenas 23% dos casos, sendo as fraudes entre 1 e 5 milhões de dólares de impacto as mais frequentes por aqui (27% contra apenas 9% a nível global). Enquanto a maioria das empresas a nível global (53%) sofreu prejuízos abaixo de 100 mil dólares, no Brasil, esse índice foi de apenas 35%. No total, 54% das empresas do Brasil pesquisadas apresentaram prejuízos com fraudes na faixa de 100 mil à 100 milhões de dólares (35% a nível global). Somente 1% dos entrevistados a nível global sofreram prejuízos superiores a 100 milhões de dólares. (PWC, 2016).

FIGURA 11 - IMPACTO FINANCEIRO



FONTE: PWC, 2016, p. 11.

3.3.2. Indicativos de Fraude nas Organizações

Conforme exposto por Wells (2005) *apud* Borba e Murcia (2007), a prática da fraude no ambiente corporativo deixa sinais de alerta, os chamados *Red Flags*, que são fatores de risco que apontam a ocorrência de práticas fraudulentas. Borba e Murcia (2007) ressaltam que os *Red Flags* são um assunto que já foi abordado diversas vezes pelos mais diferentes autores, fato que levou os mesmos a desenvolverem, por meio de uma pesquisa bibliográfica, um compilado das teorias mais relevantes sobre este assunto, onde foram capazes de mapear os principais *Red Flags* a se observar dentro das organizações.

Borba e Murcia (2007) conceituam os *Red Flags* como sendo um “Termômetro” na prevenção e detecção das fraudes. Contudo, ressaltam que a existência de *Red Flags* não é imperativa para a existência de atos fraudulentos, sendo aqueles apenas um alerta de uma possibilidade de risco de fraude, de forma que esses só se caracterizam por meio de evidências e não de indicativos. Os mesmos identificaram 6 estudos (dos quais 5 são internacionais) os quais apresentam juntos um total de 266 *Red Flags*. Após análise, os autores selecionaram aqueles que foram citados em ao menos 2 estudos diferentes, de maneira idêntica ou com um mesmo núcleo/ideia geral, conforme demonstrado abaixo (TABELA 1).

TABELA 1 - EXEMPLO DE ANÁLISE DOS *RED FLAGS*

Autor	<i>Red Flag</i>
SAS No. 99 (2002)	Passado de violações das leis de evidenciação e outras leis e normas, bem como ações judiciais contra a entidade, executivos seniores; conselho de administração alega fraude ou violação de leis e normas.
NBC T 11 - IT 3 (1999)	Entidade tem experiência anterior com fraude e/ou erro
Albrecht e Romney (1986)	Licença para operar revogada ou com chances de ser revogada. Problemas contínuos com agências de regulação
Bell e Carcacello (2000)	Entidade está enfrentando problemas legais/ judiciais
Wells (2005)	Passado de violações das leis de evidenciação e outras leis e normas, bem como ações judiciais contra a entidade, executivos seniores; conselho de administração alega fraude ou violação de leis e normas.
Resultado da Análise	No passado, a entidade já apresentou problemas relativos à publicação dos relatórios contábeis.

FONTE: BORBA E MURCIA (2007, p. 179)

Após a seleção dos principais, Borba e Murcia (2007) classificam os *Red Flags* em 6 grandes *clusters* (ou grupos).

Estrutura e Ambiente: estrutura organizacional, ambiente de trabalho e controles internos da entidade.

Setor (Indústria): ambiente externo e o setor (indústria) na qual a entidade está inserida.

Gestores da Entidade: comportamento dos executivos e administradores da entidade.

Situação Econômico-Financeira: situação econômico-financeira em que a entidade se encontra da entidade

Relatórios Contábeis: elaboração dos relatórios contábeis e registro de transações da entidade.

Auditoria: Trabalho do auditor independente, evidências no serviço de auditoria e a relação auditor-entidade. (BORBA E MURCIA, 2007, p. 180)

No que se refere a **Estrutura e Ambiente**, considera-se que lugares em que não se respeitam valores morais e éticos pode haver um “chamariz” para uma fraude. Dessa forma, conhecer a Estrutura e o Ambiente da entidade se torna algo fundamental. (BORBA E MURCIA, 2007). Os *Red Flags* relacionados a esse *cluster* são:

TABELA 2 - RED FLAGS RELATIVOS À ESTRUTURA E AMBIENTE DA ENTIDADE

RED FLAGS	1	2	3	4	5	6*
A estrutura organizacional da entidade é demasiadamente complexa envolvendo diversas entidades ou linhas de autoridade	✓	✓	✓		✓	
A entidade apresenta um sistema de controle interno inadequado.	✓	✓	✓	✓		✓
A entidade possui contas em diversos bancos, ou muda constantemente de banco.		✓	✓		✓	
A entidade não apresenta uma política de punição para os atos desonestos.			✓		✓	
No passado, a entidade já apresentou problemas relativos à publicação dos relatórios contábeis.	✓	✓	✓		✓	✓
A comunicação e a implementação dos valores éticos e morais não é realizada pelos administradores; e/ou existe uma comunicação de alguns valores éticos e morais considerados inadequados.		✓	✓		✓	
Existe um conflito de interesse ou desentendimento entre acionistas e administradores.	✓	✓				✓
Existe uma forte suspeita de que os empregados estão em colusão com pessoas de fora da entidade			✓			✓
Existe uma rotação anormal do pessoal chave das áreas financeira, contábil e auditoria interna.	✓	✓	✓			
A entidade apresenta sérias dificuldades em cumprir as exigências das bolsas de valores (ou órgãos reguladores).		✓	✓			
A entidade é dominada por um pequeno grupo de pessoas.	✓	✓	✓	✓	✓	✓
O conselho de administração ou comitê de auditoria não monitora adequadamente o processo de geração dos relatórios contábeis.	✓	✓			✓	

* CFC (1) AICPA (2), Albrecht e Rommey (3), Eining, Jones e Loebbecke (4), Wells (5) e Bell e Carcacello (6).

FONTE: BORBA E MURCIA (2007, p. 182)

Também se faz importante considerar os **Setor/Indústria no qual a entidade está Inserida**, o qual é um dos fatores externos que impacta fortemente na mensuração do risco de fraude. Empresas que fazem parte de negócios com alta suscetibilidade às mudanças ou que estão com seus mercados saturados apresentam maior risco de fraude. Os *Red Flags* relacionados a esse *cluster* são:

TABELA 3 - *RED FLAGS* RELATIVOS AO SETOR/INDÚSTRIA NO QUAL A ENTIDADE ESTÁ INSERIDA

RED FLAGS	1	2	3	4	5	6*
O setor/ indústria no qual a entidade está inserida passa por um momento de declínio, sendo que as falências neste setor estão aumentando.	✓	✓	✓			✓
A entidade tem um investimento significativo em uma linha de produto setor que está sujeito a inovações e mudanças rápidas.	✓	✓	✓			✓
O setor/ indústria no qual a entidade está inserida é altamente competitivo ou existe uma saturação do mercado que vem gerando declínio nos lucros.		✓	✓			
* CFC (1) AICPA (2), Albrecht e Rommey (3), Eining, Jones e Loebbecke (4), Wells (5) e Bell e Carcacello (6).						

FONTE: BORBA E MURCIA (2007, p. 182)

Conforme explorado anteriormente neste trabalho, o indivíduo é um ponto chave a ser analisado quando falamos de fraude. Borba e Murcia (2007) pontuam o *Red Flags* que a serem observados em relação aos **Gestores da Entidade**, que em diferentes níveis, sofrem pressões que geram motivações para crime. Os *Red Flags* relacionados a esse *cluster* são:

TABELA 4 - *RED FLAGS* RELATIVOS AOS GESTORES DA ENTIDADE

RED FLAGS	1	2	3	4	5	6*
Grande parte da remuneração dos executivos está relacionada ao lucro operacional, lucro financeiro, ou preço das ações.		✓	✓	✓		✓
Os executivos têm excessivos interesses em manter ou aumentar o preço das ações e/ou evidenciar uma tendência crescente de lucros.	✓	✓	✓			
A administração é desonesta e não-ética, sendo que alguns executivos possuem caráter que pode ser considerado 'duvidoso'.	✓	✓	✓	✓		✓

TABELA 4 - RED FLAGS RELATIVOS AOS GESTORES DA ENTIDADE

RED FLAGS	1	2	3	4	5	6*
Os executivos de outras áreas que não a área financeira (vendas, produção, recursos humanos) estão extremamente preocupados com a seleção dos métodos contábeis ou determinação de estimativas.		✓			✓	
Os executivos possuem um estilo de vida 'agressivo' que envolve vícios como jogos, bebidas e drogas.			✓	✓		✓
A maioria dos executivos é nova e inexperiente.				✓		✓
Existe uma excessiva pressão sobre os executivos para que se atinjam as metas que foram estipuladas pelo conselho de administração, como vendas e rentabilidade.	✓	✓	✓	✓		✓
Os executivos têm uma propensão a tomar decisões que envolvem riscos exagerados e/ou demonstram uma tendência de vencer o 'sistema'.		✓	✓	✓		✓
Existe uma alta rotatividade de executivos.		✓		✓		✓
Os executivos tentam justificar a utilização de procedimentos contábeis considerados impróprios de maneira recorrente.		✓	✓		✓	
Os executivos demonstram ressentimento com as ordens emanadas pelos superiores			✓			✓
* CFC (1) AICPA (2), Albrecht e Rommey (3), Eining, Jones e Loebbecke (4), Wells (5) e Bell e Carcacello (6).						

FONTE: BORBA E MURCIA (2007, p. 183-184)

Em paralelo ao tópico anterior, sobre o Setor/indústria, há o grupo da **Situação Econômico-financeira** da Entidade. Segundo Borba e Murcia (2017), entende-se que empresas em má situação econômico-financeira estão mais propensas à fraude das demonstrações financeiras, a fim de “entregar” os resultados esperados pelos acionistas. Os *Red Flags* relacionados a esse *cluster* são:

TABELA 5 - RED FLAGS RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ENTIDADE

RED FLAGS	1	2	3	4	5	6*
A rentabilidade apresentada pela entidade não é condizente com a média do setor.		✓		✓	✓	✓
A entidade passa por um momento de rápida expansão.			✓	✓		
Existe uma necessidade de se captar recursos seja com empréstimo ou emissão de ações ou debêntures.		✓		✓		
A entidade apresenta alto índice de inadimplência.			✓		✓	
O capital de giro da entidade não é considerado suficiente para financiar as operações.	✓	✓	✓	✓		
Existe um crescimento anormal nos estoques da entidade.			✓		✓	
Existem questões internas e/ou externas que provocam dúvidas quanto à continuidade das atividades da entidade.	✓	✓				✓
A entidade está participando de transações consideradas relevantes (significativas), como por exemplo, uma aquisição, venda, joint venture.		✓	✓			✓
A entidade é altamente dependente de um produto, cliente ou fornecedor.	✓		✓			

* CFC (1) AICPA (2), Albrecht e Rommey (3), Eining, Jones e Loebbecke (4), Wells (5) e Bell e Carcacello (6).

FONTE: BORBA E MURCIA (2007, p. 184)

Os *Red Flags* associados aos **Relatórios Contábeis da Entidade**, referem-se especificamente às transações e estimativas contábeis. Um exemplo marcante de práticas relacionadas a esses *Red Flags* é o caso da fraude da empresa norte-americana de energia Enron. (BORBA E MURCIA, 2007). Esse caso deu origem ao termo hoje conhecido como “contabilidade criativa”, uma vez que a empresa, por meio da manipulação das transações financeiras, gerava falsos rendimentos e encobria suas dívidas. (SILVEIRA, 2008). Os *Red Flags* relacionados a esse *cluster* são:

TABELA 6 - RED FLAGS RELATIVOS AOS RELATÓRIOS CONTÁBEIS DA ENTIDADE

RED FLAGS	1	2	3	4	5	6*
Existe um número significativo de operações realizadas com entidades de origem desconhecida ou entidades cuja cultura e o ambiente de negócios levantam suspeitas.		✓			✓	
Os ativos, passivos, receitas e despesas são baseados em estimativas que envolvem julgamentos ou incertezas que são difíceis de corroborarem.		✓	✓		✓	
Existe um número significativo de transações com partes relacionadas), ou transações com companhias não auditadas, ou auditadas por outras firmas que não a mesma.	✓	✓	✓		✓	
Existem registros inadequados, arquivos incompletos, ajustes excessivos na contabilidade e transações não registradas.	✓		✓			
O departamento de contabilidade não possui experiência suficiente ou não realiza suas funções adequadamente.	✓	✓	✓	✓		✓
Existe um número significativo de transações demasiadamente complexas especialmente no fim do período contábil, que levantam questões sobre essência e forma.	✓	✓	✓	✓	✓	✓
* CFC (1) AICPA (2), Albrecht e Rommey (3), Eining, Jones e Loebbecke (4), Wells (5) e Bell e Carcacello (6).						

FONTE: BORBA E MURCIA (2007, p. 185)

Por fim, em relação a **Auditoria**, Borba e Murcia (2007) ressaltam que a independência dos auditores é crucial para que a opinião expressa pelos mesmos sobre as demonstrações possua credibilidade. Os autores destacam a possibilidade de um conflito de interesse existente na relação entre os auditores independentes e a empresa

auditada, uma vez que essa é quem paga àqueles pelo trabalho, podendo gerar uma influência indireta no parecer do auditor. Os *Red Flags* relacionados a esse *cluster* são

TABELA 7 - *RED FLAGS* RELATIVOS AO SERVIÇO DA AUDITORIA INDEPENDENTE

RED FLAGS	1	2	3	4	5	6*
Os executivos apresentam um comportamento dominante em relação aos auditores, tentando influenciar o escopo da auditoria ou a seleção do pessoal envolvido no serviço de auditoria	✓	✓				✓
A entidade muda sua empresa de auditoria constantemente.	✓		✓			✓
Existem restrições formais ou informais em relação ao auditor que limitam o acesso a pessoas ou informação na entidade; bem como restrições que limitam o diálogo com o conselho de administração e o comitê de auditoria.		✓	✓		✓	✓
Entidade é um novo cliente no serviço de auditoria.	✓			✓		✓
* CFC (1) AICPA (2), Albrecht e Rommey (3), Eining, Jones e Loebbecke (4), Wells (5) e Bell e Caracello (6).						

FONTE: BORBA E MURCIA (2007, p. 186)

Concluindo a questão acerca dos *Red Flags*, os autores pontuam que “[...] muitos *red flags* poderiam estar presentes em ambientes onde não existam fraudes. Contudo, se existe uma fraude, inegavelmente existem *red flags*.” (BORBA E MURCIA, 2007, p. 187). Dessa forma estar atento a esses “rastros” deixados pela prática fraudulenta é o primeiro passo para que se possa detectar uma fraude.

3.3.3. Formas de Detecção e Prevenção

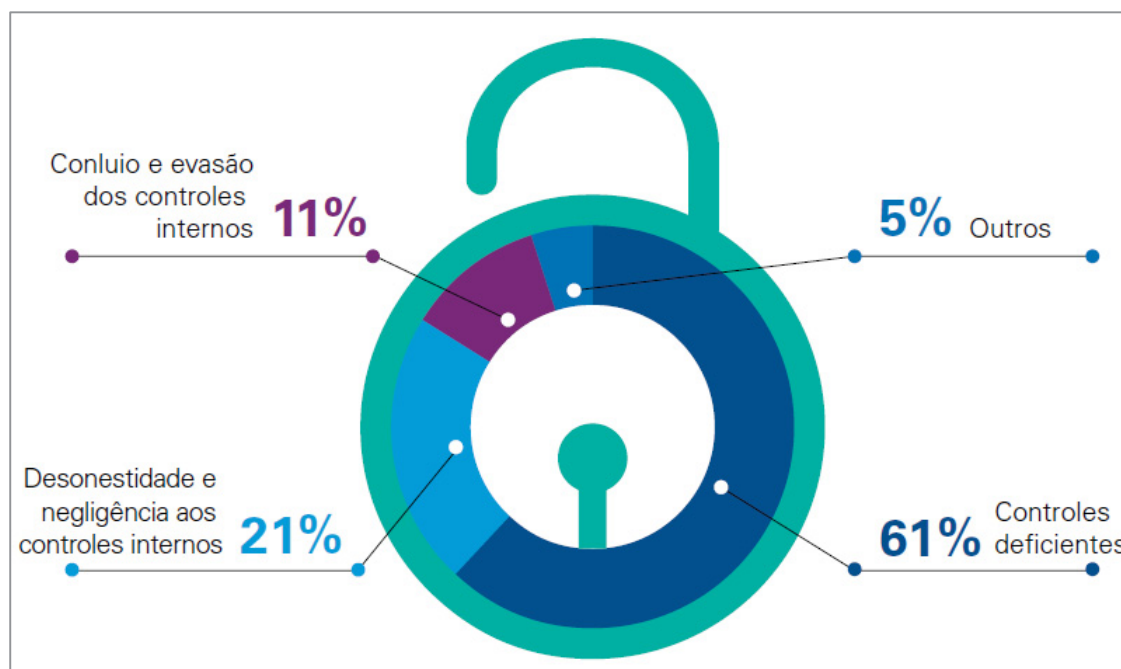
Conforme apontado, os *Red Flags* são os primeiros indícios da ocorrência de uma fraude, porém não comprovam a fraude. Para isso, é necessária que se obtenha evidências do crime. (BORBA E MURCIA, 2007). Nesse sentido, as leis e organizações de maneira geral tem buscado por formas de se proteger e respaldar-se perante as fraudes, investindo em mecanismos de detecção e em controles que previnam a fraude.

A KPMG (2015) em um levantamento sobre a Maturidade do *Compliance* no Brasil, diversas empresas foram indagadas acerca de quais riscos eram considerados por elas os mais relevantes. A pesquisa constatou que 41% das empresas entrevistadas temem o risco de Fraude, Corrupção e Lavagem de Dinheiro, perdendo apenas para o risco regulatório (46%).

Também a KPMG (2016), em sua pesquisa sobre o perfil do fraudador, explica que o gerenciamento do risco de fraude vem se modificando e se tornando cada vez mais complexo. Novas formas de praticar velhos crimes vem surgindo em grande velocidade, e as empresas em contrapartida tem buscado por aprimorar seus Controles Internos, visto que “Em poucas palavras, a fraude tem menos probabilidade de ocorrer em empresas onde existam controles internos e monitoramento constantes”. (KPMG, 2016, p.10).

Entretanto, há ainda muito a ser desenvolvido, uma vez que a pesquisa da KPMG (2016) demonstrou que para 61% dos fraudadores, as deficiências dos controles internos foram um fator determinante para o aparecimento da fraude e a execução do crime e 21% deles apontaram haver negligência frente aos controles, mesmo que fossem bem desenhados (FIGURA 12). “Os controles internos são deficientes quando eles são mal planejados e não são seguidos pelos empregados. Uma avaliação minuciosa do risco de fraude consegue demonstrar onde estão as lacunas.” (KPMG, 2016, p. 10)

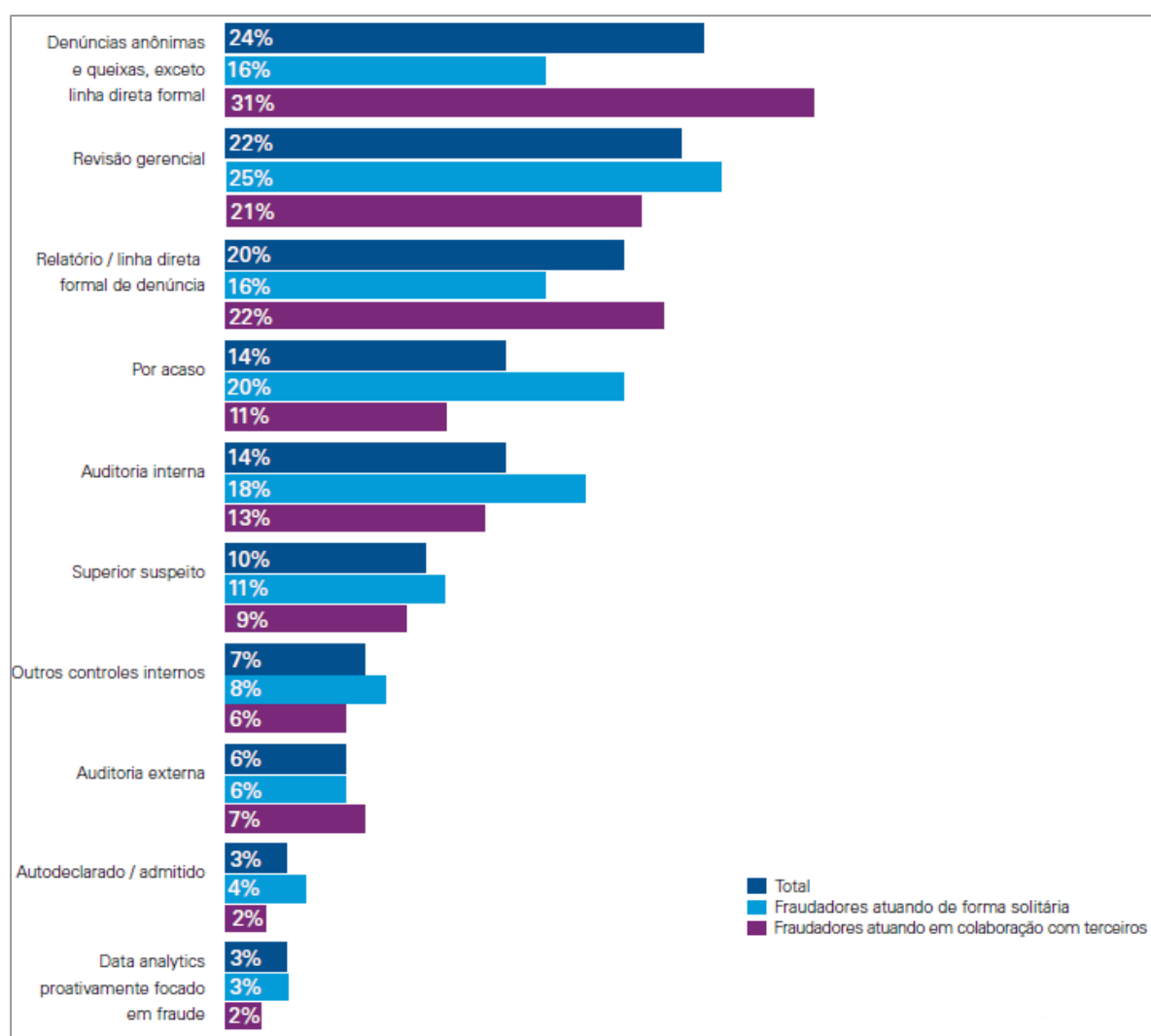
FIGURA 12 - FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A FACILITAÇÃO DA FRAUDE



Fonte: KPMG, 2016, p. 11

Além disso, os controles internos em si não foram os maiores responsáveis pela detecção da fraude. Fraudadores solitários, em geral são pegos por meio de revisões gerenciais, por acidente ou por meio de procedimentos de auditoria interna. Para aqueles que agem em conjunto (conluio), as delações e denúncias anônimas lideram como sendo a principal forma de detecção (FIGURA 13). (KPMG, 2016).

FIGURA 13 - COMO FORAM DETECTADAS AS FRAUDES



Fonte: KPMG, 2016, p. 16

Perera, Freitas e Imoniana (2014) trazem o conceito de Sistema de Controles Internos (SCI), que corresponde a um conjunto de 6 práticas: Auditoria Interna, Auditoria Externa, *Compliance* (Governança Corporativa), Canal de Denúncias, Comitê de Auditoria e Controles Internos.

Para Perera, Freitas e Imoniana (2014) os Controles Internos são essenciais para a entidade e possuem elevada eficiência, desde que haja conhecimento amplo sobre as operações, os processos e o ambiente no qual a entidade está inserida. Contudo, para que sejam eficazes, se faz necessário que funcionem de forma integrada a todas as práticas descritas, além de serem submetidos a constante monitoramento e, para que a entidade esteja fortalecida na mitigação e detecção de atividades fraudulentas. O acompanhamento contínuo dos controles internos fortalece a cultura antifraude dentro das organizações. (PERERA, FREITAS E IMONIANA, 2014).

A Auditoria Interna foi apontada como sendo uma das principais ferramentas no monitoramento e teste dos controles internos, assim como a Auditoria Externa, desde que esta avalie constantemente o escopo de seus trabalhos, afim de avaliar se os procedimentos cobrem os riscos de fraude identificados (embora a identificação de fraudes não seja, a princípio, o objetivo das auditorias externas). (PERERA, FREITAS E IMONIANA, 2014).

A existência de um canal de denúncia possui alta eficiência no combate às fraudes, desde que aliado a uma cultura antifraude fortalecida. As pesquisas de profissionais do ramo forense mostram que é por meio das denúncias anônimas que grande parte das fraudes são detectadas. (PERERA, FREITAS E IMONIANA, 2014).

A Governança Corporativa sustenta as boas práticas no ambiente corporativo, com base no *Compliance* e na Ética, atuando como um canal de aprimoramento dos Controles Internos. (PERERA, FREITAS E IMONIANA, 2014). O *Compliance* está ligado ao cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis à entidade, sejam elas externas (legislação nacional ou internacional) como normas e regulamentos internos (da própria entidade ou grupo). Enquanto este abrange o caráter regulatório do ente jurídico, a Ética trata de um conjunto de princípios a serem adotados pelos indivíduos envolvidos com a Governança Corporativa e os Controles Internos. Embora esses dois conceitos formem

a base da Governança e devam ser seguidos por todos, são práticas que devem partir dos líderes para que haja a fundamentação de uma boa cultura organizacional. (CRUZ e JESUS, 2015). “[...] nada é tão importante para evitar desvios de conduta numa empresa quanto o comportamento de seus líderes dentro da organização”. (CASTANHEIRA, 2011. p. 12)

Como pilares das boas práticas de Governança, o IBGC¹² (2015) pontua quatro princípios: a Transparência das Informações, a Equidade de Tratamento e a Responsabilidade Corporativa. Destacamos aqui o pilar da Transparência, visto que este princípio tem como objetivo a garantia da credibilidade das informações prestadas pelas Entidades aos seus usuários. Esta não deve estar restrita apenas a informações econômico-financeiras, mas contemplar todos os fatores que impactaram nos resultados da Entidade. Traz confiança, não só aos usuários, mas também internamente, colaborando para o fortalecimento de uma cultura antifraude nas organizações.

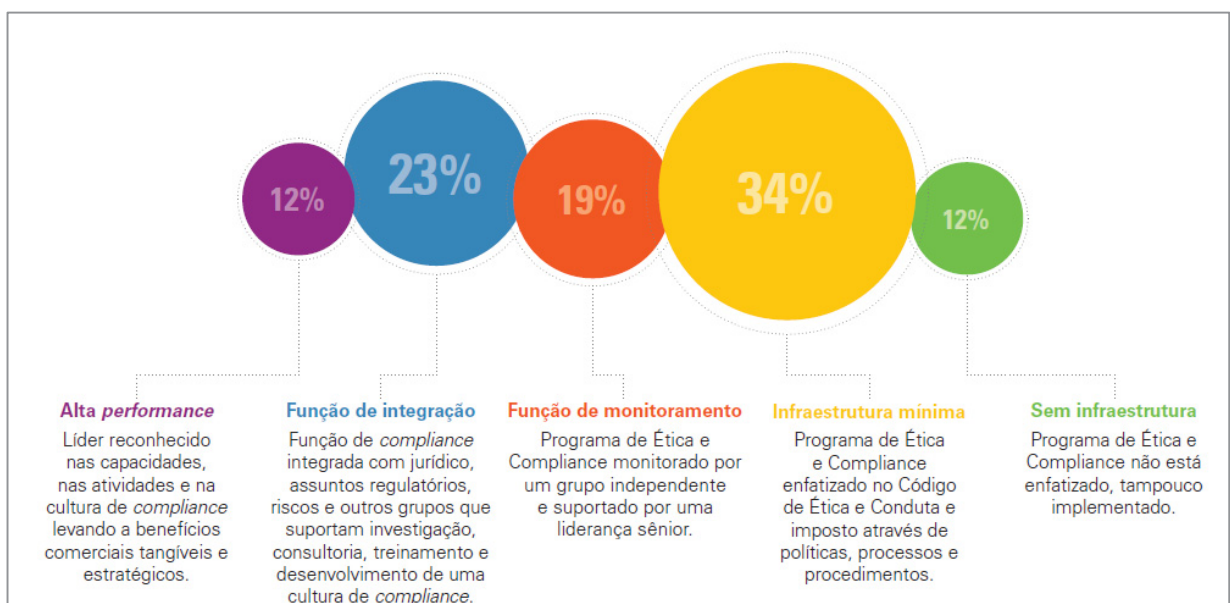
A KPMG (2016) elaborou um panorama acerca da Governança Corporativa nas empresas de capital aberto. Nesse levantamento, identificou-se que apenas 49% das empresas possuem um Comitê de Auditoria. A média de membros é de 3,4 e em 53% das empresas esses membros constituem também o Conselho de Administração da empresa. Apenas 28% dos comitês são coordenados por um conselheiro independente. No que se refere adoção de um Código formal de Boas Práticas de Governança, apenas 42% das empresas analisadas seguem algum tipo de Código. O gerenciamento de riscos também preocupa, uma vez que apenas 50% das empresas possuem uma área específica dedicada à essa função. Em relação a Auditoria Interna, 73% das empresas alegaram possuir a prática de Auditoria Interna instaurada. Entretanto, apenas 45% das empresas contratam serviços de Auditoria Independente (Externa). O levantamento aponta que 5% das empresas auditadas tiveram seus pareceres ressalvados pelos auditores independentes, para o exercício findo em 2015. Houve também um crescimento no número de parágrafos de ênfase, sendo os principais motivos questões ligadas a continuidade operacional e Recuperabilidade de Ativos (*Impairment*) ou existência de

¹² Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

Passivos relevantes. Além disso, 35% das empresas tiveram deficiências ou recomendações sobre os controles internos relevantes reportados no relatório do auditor independente.

Também a KPMG (2015) em estudo, sobre a Maturidade do *Compliance* no Brasil identificou outras questões relevantes sobre o tema. Constatou-se que, em relação à Cultura de *Compliance*, 46% das empresas alegaram possuir estrutura e função nos dois menores níveis de governança (sendo 34% com estrutura mínima) e 12% delas alegaram não possuir tal estrutura (FIGURA 14). No que se refere a cultura do *Compliance* em si, 21% alegam que os executivos não reforçam essa cultura periodicamente e o mesmo percentual acredita que não há uniformidade no entendimento do conceito de *Compliance* dentro da empresa. Em relação à Ética, 17% afirmaram não possuir Código de Ética implementado ou atualizado com a Lei Brasileira Anticorrupção nº 12.846/13 e 40% delas não possuem política anticorrupção implementada. Quanto à existência de canais de denúncia, 82% das empresas afirmaram possuir algum tipo de canal de denúncia, contudo, 29% delas não possuem conhecimento do volume de informações, eventos e denúncias capturados pelo mecanismo.

FIGURA 14 - NÍVEL DE MATURIDADE DA ÁREA DE COMPLIANCE



Fonte: KPMG, 2015, p. 9

Os dados da KPMG (2015) mostram que o *Compliance* no Brasil ainda não está muito amadurecido. Embora muito já esteja sendo feito, ainda há muito para as empresas fazerem para adequar sua Governança às boas práticas de mercado, proporcionando maior prevenção e detecção dos riscos de fraude.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com base na literatura levantada, verifica-se que a Fraude possui diferentes fatores geradores. Conforme apontado por Cressey (1953), a fraude não é algo que ocorre por acaso, mas sim a junção de diferentes fatores: Racionalização, Motivação, Oportunidade e mais recentemente a Capacidade (WOLFE e HERMANSON, 2004) e a Disposição ao Risco (SANTOS, 2016). Tais fatores, conforme demonstrado pelas pesquisas da KPMG (2016) e PWC (2016), são impactados e direcionados por diferentes questões: no nível da entidade, seus controles (ou ausência/deficiência deles) e a sua cultura organizacional; no nível externo, a situação econômica, social e política em que a entidade está inserida e no nível do indivíduo fraudador, diferentes aspectos psicológicos (ROBBINS, JUDGE e SOBRAL, 2010 e ALALEHTO, 2003) e sociais (KPMG, 2016).

Cada uma dessas questões mostra-se relevante nos fatores que originam as fraudes. Características específicas dos indivíduos, tanto sociais, conforme apontadas pela KPMG (2016) quanto psicológicas, demonstradas por Robbins, Judge e Sobral (2010) e Alalehto (2003) influenciam no fator de Racionalização da Fraude, assim como no fator de Disposição ao Risco e na Capacidade. Da mesma forma o ambiente e cultura corporativos, quando não refletem um comportamento ético, impactam na Racionalização, na Motivação e na Oportunidade, conforme demonstra as pesquisas da KPMG (2016) e PWC (2016). Esses fatores também recebem influência direta do ambiente externo, como a situação econômica do setor em que a entidade está inserida ou de seu país de maneira geral. Motivação e Oportunidade também são muito impactadas pela eficiência do ambiente de controle das entidades (KPMG, 2015).

O surgimento de novas tecnologias tem dado nova cara a modelos de fraude antigos, além de ser um fator facilitador em boa parte dos casos. Por esse motivo, a área Forense tem crescido consideravelmente nas empresas do ramo. (KPMG, 2016). Conforme demonstrado pelo ACFE (2016), há diferentes Métodos de execução da fraude, as quais podem ser combinadas de infinitas formas, a depender dos fatores atrelados à situação, em especial Oportunidade, Capacidade e Disposição ao Risco.

O impacto e o tamanho da fraude irão depender da combinação perigosa desses fatores aos métodos de fraude, conforme demonstram as pesquisas da KPMG(2016), PWC(2016) e ACFE (2016). Por exemplo, se um fraudador identifica a oportunidade de uma prática corrupta, sua disposição ao risco é favorável à prática, porém o mesmo não possui a capacidade para executar, a fraude não ocorrerá. Por outro lado, se o mesmo, por si ou por terceiros, adquirir essa capacidade, pode ser o surgimento de um grande esquema de corrupção.

As características dos indivíduos fraudadores são uma dimensão de difícil análise e muito imprevisíveis, dada a subjetividade sobretudo das características psicológicas. Embora a pesquisa de Alalehto (2003) tenha mostrado perfis sociais com certa predisposição, e haja consenso na literatura sobre determinados perfis psicológicos e sua tendência ao comportamento antiético, conforme exposto por Robbins, Judge e Sobral (2010), não há uma regra. Para esse ponto, cabe às empresas manterem uma boa cultura organizacional e controles eficientes, a fim de coibir determinados comportamentos.

Como foi possível constatar pelas pesquisas da PWC (2016) e ACFE (2016) , a fraude não é exclusividade de nenhum setor específico, região ou modelo de negócio. Por ser um problema global, o monitoramento deve ser constante, não somente de perfis de risco, mas também de diversos sinais do ambiente, interno e externo, que apontam para uma possível Oportunidade de fraude. Conforme exposto por Wells (2005) manter observância contínua aos *Red Flags* é uma prática que dá à entidade uma capacidade de previsão e detecção muito mais forte. O mesmo se aplica para as equipes de auditoria, na avaliação do escopo dos trabalhos e escolha dos testes a serem realizados. (BORBA E MURCIA, 2007).

Perera, Freitas e Imoniana (2014) deixam claro que a manutenção de um Sistema de Controles Internos eficiente e eficaz, também contribui para que a entidade tenha maior poder de previsão e detecção, além de possuir certo caráter de inibição, quando aliado à uma forte cultura organizacional de Ética e *Compliance*.

Através da pesquisa da KPMG (2015) foi possível constatar, que as empresas, sobretudo no Brasil, ainda estão se desenvolvendo nesses quesitos, e que há ainda um

longo caminho a ser percorrido. Contudo, vê-se que a problemática da fraude tem sido abordada constantemente e que de fato ela tem sido uma preocupação das organizações a nível global. Esse ambiente de pesquisa e combate às fraudes já representa, por si só, um grande passo contra essas práticas e seus veiculadores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar que as principais características ligadas às fraudes e aos fraudadores, se estendem por diferentes campos. Quanto às fraudes, há diversos aspectos históricos, culturais, geográficos e político-econômicos que podem acarretar situações fraudulentas. No contexto do fraudador, características pessoais da personalidade dos indivíduos, seu contexto socioeconômico e o nível de controle do ambiente em que o mesmo está inserido se mostram como fatores principais. Todos esses fatores principais se subdividem nos mais diversos aspectos. Muitas são as possibilidades de combinações de fatores que podem agir como estímulo para o surgimento das fraudes, e prever tais fatores é uma tarefa complexa para o ambiente corporativo.

Verificou-se que os fatores estimuladores das fraudes podem ser relativos ao ambiente, ao setor da entidade, aos funcionários e gestores, à situação econômico-financeira, à contabilidade e à auditoria. Problemas ligados a essas áreas abrem brechas para a ocorrência das fraudes

Foi possível estabelecer diferentes vínculos entre aspectos sociais e econômicos e o ambiente de desenvolvimento das fraudes, ao compararmos os dados das pesquisas identificadas.

Ao indicar os *Red Flags*, apontamos possíveis medidas a serem tomadas na detecção e prevenção da ocorrência de fraudes, especificando quais problemas são mais críticos para cada área geradora de riscos de fraude.

Dessa forma, conclui-se que, embora represente um grande desafio, com várias faces e vertentes, o combate às fraudes é uma tarefa que demanda engajamento e foco das empresas, governos e órgãos reguladores. Para as empresas, uma busca por mecanismos mais elaborados de prevenção e detecção aliados a um forte ambiente de Controle e Governança. Para os governos e órgãos reguladores, uma maior rigidez nas penalizações contribui para inibir os crimes.

Uma vez que as fraudes, havendo Racionalização, Motivação Oportunidade, Capacidade e Disposição ao Risco, irão ocorrer; cabe às empresas trabalharem

internamente estruturando-se afim de garantir uma boa estrutura de Governança, com forte cultura Ética e de *Compliance* e um Controle Interno eficiente e eficaz, para que, se não for possível evitar uma fraude, que seja possível pará-la o quanto antes, evitando maiores danos.

REFERÊNCIAS

ACFE. **Report to the Nations on occupational fraud and abuse**. 2016

ACFE. **The staggering cost of fraud**. Disponível em <<http://www.acfe.com/rtn2016.aspx>>. Acesso em 15 de abril de 2018.

ALALEHTO, T. **Economic crime – does personality matter?** International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology. v. 47. e. 3. p. 335 - 355. 2003.

ARBEX, M. **Consultorias dobram suas áreas de investigação**. Jornal Valor Econômico. Especial Governança Corporativa. p. 3. 22 fev 2017.

AYRES, M. **6 golpes financeiros que enganaram milhares de investidores**. Disponível em < <https://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/6-golpes-financeiros-que-enganaram-milhares-de-investidores/>>. Acesso em 15 de abril de 2018.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e Prática**. São Paulo. Editora Atlas. 2006.

BORBA, J. A. e MARAGNO, L. M. D. **Mapa conceitual da fraude: configuração teórica e empírica dos estudos internacionais e oportunidades de pesquisas futuras**. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade – REPEC. v. 11. Edição especial. Art. 3, p. 41-68. 2017.

BORBA, J. A. MURCIA, F. D. **Estrutura para Detecção do Risco de Fraude nas Demonstrações Contábeis: Mapeando o Ambiente Fraudulento**. Brazilian Business Review. v. 4 n. 3. p. 171-190.

CASTANHEIRA, J. **A ética (e a falta dela) no mundo corporativo**. Publicado em Brasil Econômico, São Paulo, outubro de 2011. Disponível em <www.ibgc.org.br/biblioteca>. Acesso em 15 de Maio de 2018.

CELLA, R. S. **Caso Petrobrás: a Lei de Benford poderia detectar a fraude?** Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, ISSN 2238-5320, UNEB, Salvador, v. 7, n. 3. p. 86-104. Setembro a dezembro de 2017.

COLEMAN, J. W. **Toward an Integrated Theory of White-Collar Crime.** 1987. American Journal of Sociology. The University of Chicago Press. Vol. 93, No. 2. p. 406-439. Disponível em <<https://www.jstor.org/stable/2779590>>. Acesso em 25 de Abril de 2018.

COMER, M. J; ARDIS, P. M; PRICE, D. H. **Fraude, Corrupção e Desonestidade nos negócios.** Ed. McGraw-Hill. 1990. v. 1. 1990.

CONDÉ, R. A. D. ALMEIDA, C. O. F. QUINTAL, R. S. **Fraude Contábil: Análise empírica à luz dos pressupostos teóricos do triângulo da fraude e dos escândalos corporativos.** Revista Gestão e Regionalidade, v. 31, n. 93, p. 94 – 108. Setembro a dezembro de 2017.

CRESSEY, D. R. **Other People's Money: A Study in the Social Psychology of Embezzlement.** Glencoe: The Free Press. 1953.

CRESSEY, D. R. **The criminal violation of financial trust.** American Sociological Review. pp. 738-743. 1950.

CRUZ, A. S. F. JESUS, V. A. M. **Governança Corporativa: a Transparência das informações e a Equidade de tratamento aos Acionistas nas Sociedades de Grande Porte.** Universidade de Marília. 2015.

DORMINEY, J. FLEMING, A. S. KRANACHER, M. J. RILEY Jr, R. A. 2012. **The evolution of fraud theory.** Issues in Accounting Education, 27(2), p. 555-579. Disponível em < <https://doi.org/10.2308/iace-50131>>. Acesso em 19 de Abril de 2018.

EIGE. **Gender Equality Index.** 2017. Disponível em < http://cite.gov.pt/pt/destaques/complementosDestqs2/ti_pubpdf_mh0417332enn_pdfweb_20171004153907.pdf >. Aceso em 21/05/2018.

FAJARDO, B. CARDOSO, R. L. **Faça o que eu digo não faça o que eu faço: Como Aspectos individuais e relacionais influenciam as Denúncias de Fraudes Organizacionais.** 2014. Contabilidade, Gestão e Governança - Brasília · v. 17 · n.1 · p. 115 – 133.

FRESCO, J. C. P. **As burlas como Crime Económico: um olhar sobre o crime e as características dos ofensores.** Universidade Fernando Pessoa. Porto. 2015.

GARA, A. **10 Maiores fraudes da história recente dos Estados Unidos.** Disponível em < <http://forbes.uol.com.br/fotos/2015/09/10-maiores-fraudes-da-historia-recente-dos-estados-unidos/#foto10>>. Acesso em 15 de abril de 2018.

GARTNER, R. I. e MACHADO, M. R. R. **A hipótese de Cressey (1953) e a investigação da ocorrência de fraudes corporativas: uma análise empírica em instituições bancárias brasileiras.** R. Cont. Fin. USP, São Paulo, v. 29, n. 76, p.60-81, Jan/abr. 2018.

GIBEY, A. . **Enron: Os Mais Espertos da Sala.** Jigsaw Productions, 2005. 110min.

GIL. A. L. **Como evitar fraudes, pirataria e conivência.** 2ª ed. São Paulo. Ed. Atlas, 1999.

GRAHAM, M. **White Collar Crime and the United States' Economy.** 2012. Honors Theses and Capstones. 49. Disponível em <<http://scholars.unh.edu/honors/49>> . Acesso em 17 de Abril de 2018.

GRECO FILHO, V. **Direito Processual Civil Brasileiro.** V. II Rev. e Atual. São Paulo. Ed. Saraiva, 2010.

IBGC. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa.** 2015. Disponível em < <http://conhecimento.ibgc.org.br/Paginas/Publicacao.aspx?PubId=21138>>. Acesso em 02 de Junho de 2018.

KPMG. **A Governança Corporativa e o Mercado de Capitais.** 2016

KPMG. **Perfil global do fraudador**. 2016.

KPMG. **Pesquisa: Maturidade do *Compliance* no Brasil: Desafio das empresas no processo de estruturação da função e programa de *Compliance* na prevenção, na detecção e no monitoramento dos riscos**. 2015

LEVI, M. SCHUCHTER, A. **The Fraud Triangle Revisited**. 2013. Macmillan Publishers Ltd. Security Journal. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/271270579_The_Fraud_Triangle_Revisited>. Acesso em 19 de Abril de 2018.

LOKANAN, M. E. **Challenges to the fraud triangle: Questions on its usefulness**. 2015. Elsevier Ltd. Accounting Forum 39. p. 201–224.

MELHORAMENTOS. **Michaelis Dicionário Escolar Língua Portuguesa**. São Paulo. Editora Melhoramentos. 2016.

MURPHY, P. R. **Attitude, Machiavellianism and the rationalization of misreporting. Accounting**. Organizations and Society, 37, p. 242-259. 2012

PORTO, G. **Fraudes Corporativas - Estudo de casos III: os maiores escândalos corporativos do século 21**. Disponível em <<https://pt.slideshare.net/GilbertoPorto2/investig-fraudes-est-casos-iii-os-maiores-escandalos-corporativos-do-seculo-21-estado>>. Acesso em 15 de abril de 2018.

PROSSERMAN, J. . **Chasing Madoff**. 2010. 91 min.

PWC. **A Oportunidade de Agir: tendências e fatores por trás dos crimes econômicos no Brasil e no mundo**. 2016.

ROBBINS, S. P. JUDGE, T. A. SOBRAL, F. **Comportamento Organizacional: teoria e prática no context brasileiro**. e. 14. Ed. Pearson. 2010.

RODRIGUES, A. C. **Como funciona um esquema de pirâmide financeira?** Revista Mundo Estranho. Disponível em < <https://mundoestranho.abril.com.br/crimes/como-funciona-um-esquema-de-piramide-financeira/>>. Acesso em 15 de abril de 2018.

RODRIGUES, M. J. R. **Perfis Criminais: Validade de uma técnica forense**. Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar. Universidade do Porto. 2010

SANDRINI, J. **10 trapaceiras para inflar o preço das ações**. Revista Exame. Ed. Abril. 2013. Disponível em <<https://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/10-trapacas-para-inflar-o-preco-de-acoes/>>. Acesso em 21 de abril de 2018.

SANTOS, R. A. **Modelo Preditivo de Fraude Ocupacional nas Organizações Privadas. Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2016. Disponível em <<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/18875>>. Acesso em 09/05/2018.

SEM AUTOR. **Caso Irã-contras, pró-direitistas da Nicarágua, revela escândalos de Reagan**. Jornal O Globo. 2013. Disponível em <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/caso-ira-contras-pro-direitistas-da-nicaragua-revela-escandalos-de-reagan-9935265#ixzz5DLAyBcUY>>. Acesso em 21 de abril de 2018.

SILVEIRA, A. D. M. **Fracassos Corporativos associados a problemas de Governança Corporativa: O caso Enron**. Ciclo de debates agosto 2008, Centro de Estudos em Governança Corporativa. Disponível em <www.ceg.org.br/arquivos/Arquivo_1a.pdf>. Acesso em 01 de junho de 2018.

SILVEIRA, A. Di M. **Fracassos Corporativos associados a problemas de Governança Corporativa: O caso Enron, Centro de Estudos em GC**. Disponível em <www.ceg.org.br/arquivos/-Arquivo_1a.pdf>. Acesso em 20 julho 2017.

SUTHERLAND, E. H. **A Criminalidade de Colarinho Branco**. Universidade de Indiana. USA. 1940. Revista eletrônica de direito penal e política criminal – UFRGS. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/index.php/redppc/article/view/56251/33980>>. Acesso em 15 de abril de 2018.

TROVÃO, L. **Dos diversos aspectos da fraude e suas consequências**. Disponível em <<http://www.recantodasletras.com.br/textosjuridicos/911179>>. Acesso em 15 de abril de 2018.

VENOSA, S. de S. **Direito Civil**. p. 433. 12^a ed. Saraiva, 2009.

VICENTINO, C. **História Geral**. v. 11. São Paulo. Ed. Scipione. 2011.

VIERA, J. L. **Dicionário Latim-Português**. São Paulo. Edipro. 2016.

WOLFE, D. T. HERMANSON, D. R. **The fraud diamond: Considering the four elements of fraud**. 2004. The CPA Journal. 74. p. 38-42.